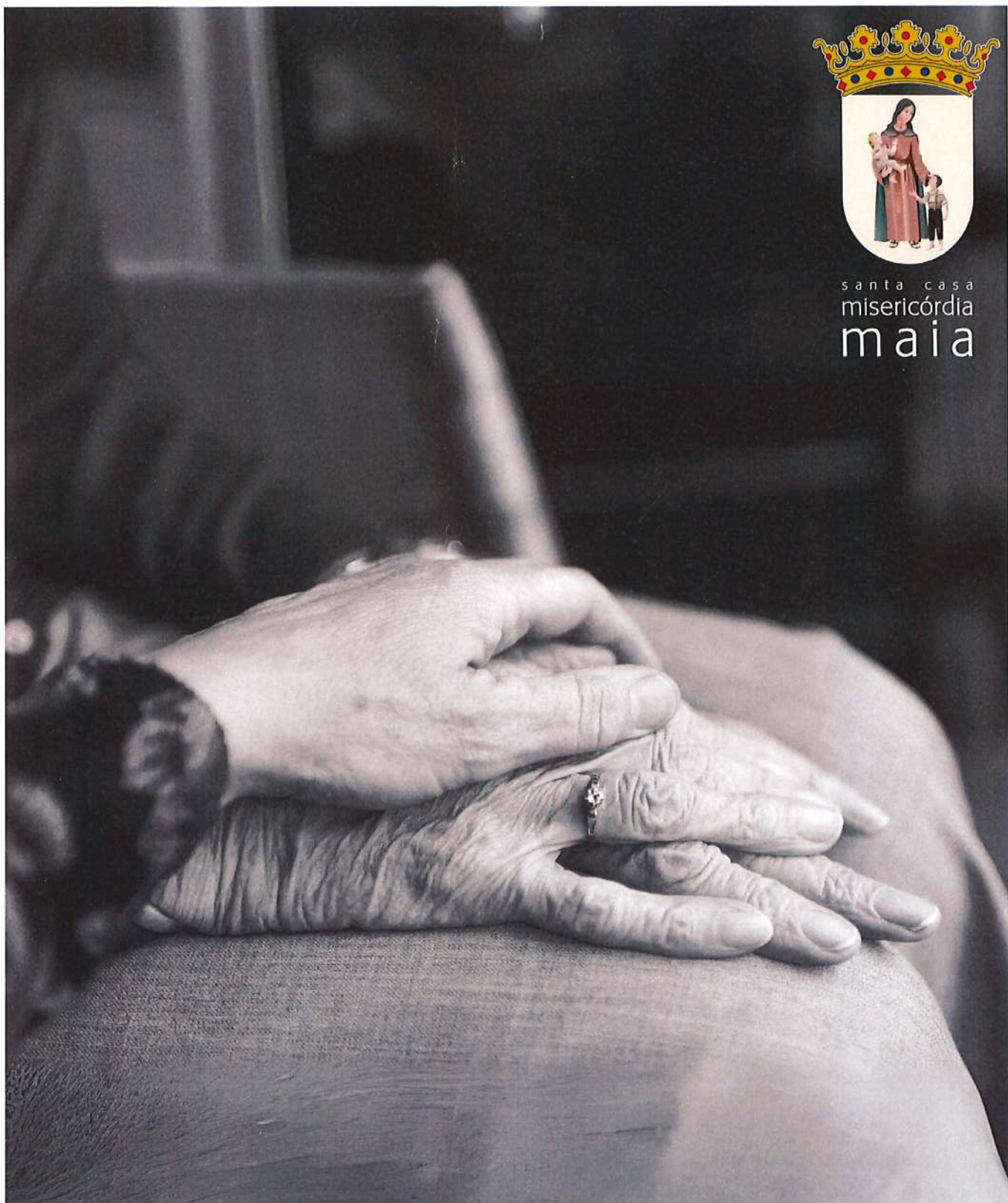




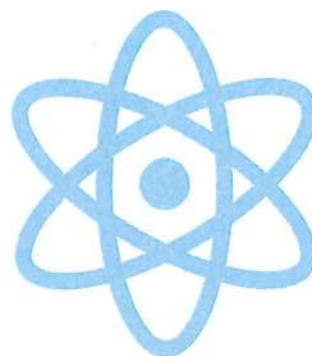
santa casa
misericórdia
maia



Relatório **de Atividades & Contas** **2023**

ÍNDICE

RELATÓRIO DE ATIVIDADES	4
INTRODUÇÃO	5
ATIVIDADES	7
AGRADECIMENTOS	24
RELATÓRIO DE GESTÃO	26
RELATÓRIO DE GESTÃO	
INTRODUÇÃO	27
RESULTADO E EVOLUÇÃO GLOBAL	28
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	29
COMPARTICIPAÇÕES & SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	34
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	35
OS GASTOS	36
GASTOS COM PESSOAL	37
CUSTO DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	38
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	40
DEPRECIAÇÕES	42
OUTROS GASTOS E PERDAS	42
BALANÇO	43
SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO	43
CONCLUSÃO & EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ATIVIDADE	45
BALANÇO & DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	46
ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	52
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	80
DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS	84



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

“É pela quantidade de trabalho fornecida pelo artista que medimos o valor de uma obra de arte.”

Guillaume, Apollinaire (1880-1918)

INTRODUÇÃO

Nos termos do Artigo 42º, alínea d) do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia da Maia a Mesa Regedora elaborou o relatório de atividades e organizou as contas de gerência do exercício de 2023.

Cumpre-lhe agora submeter tais documentos à apreciação dos Irmãos reunidos em Assembleia Geral.

A Mesa Regedora apresenta o Relatório de Atividades com a consciência de que o documento por si só não permite verdadeiramente apreender a importância e a dimensão da Obra da Instituição, nem o esforço diário dos Trabalhadores na prestação de cuidados à população, nem o trabalho dos Corpos Sociais na gestão, de complexidade crescente. O Relatório de Atividades é apenas uma súmula muito breve do trabalho da Instituição no ano de 2023, uma referência geral às áreas de atuação, respostas sociais, Estabelecimentos e projetos desenvolvidos pela Misericórdia (trabalho algo mais detalhado nos respetivos relatórios de atividades), acompanhada da menção de alguns factos ou acontecimentos relevantes do exercício transato.

Do mesmo modo, apresenta as Contas do Exercício consciente de que os resultados financeiros que evidenciam são muito negativos, mas também que tal se deve a um conjunto de circunstâncias, internas e externas, que se conjugaram nesse sentido.

Com efeito, é sabido que a abrangência da Obra da Santa Casa da Misericórdia da Maia deve-se ao número de respostas sociais geridas e que a dispersão pelas Freguesias do Município tem o seu reflexo no aumento dos custos (nomeadamente pelo número de cozinhas em funcionamento, número de edifícios consumidores de água, eletricidade e gás) e que essas respostas, na área do apoio social, não são de cariz lucrativo e em alguns casos são tradicionalmente deficitárias financeiramente, não dispondo a Instituição de outras fontes de financiamento de relevo.

Por outro lado, e mesmo considerando a medida, com impacto positivo, de isenção de Imposto sobre o Valor Acrescentado em alguns bens essenciais, o aumento generalizado dos preços verificado em 2023 veio avolumar o nível de despesa da Misericórdia, já agravado pelo aumento extraordinário de preços verificado em 2022 e, já nesse e nos anos anteriores, não compensado por idêntico aumento de receita.

Uma nova atualização extraordinária da remuneração mínima mensal garantida ou salário mínimo nacional no início de 2023, de cinquenta e cinco Euros mensais (aos quais acresceram as contribuições para a Segurança Social e o seguro de acidentes de trabalho) constituiu também relevante agravamento de custos, dado o número de trabalhadores nesse nível de remuneração (para além do efeito no esbatimento das diferenças entre diferentes categorias, qualificações e antiguidade). Acresceu ainda o aumento de remunerações (concretizado em março de 2023 com efeitos a novembro de 2022) ditado por (inéditas) Portarias de Extensão de Convenções Coletivas de Trabalho não negociadas pela União representativa desta Misericórdia.

Em contraponto, no que à receita se refere, não foram alteradas as regras de comparticipação das famílias e, não se tendo verificado aumentos extraordinários do rendimento relevante das mesmas, não se poderá esperar significativa variação positiva dos rendimentos da Instituição nessa rubrica. Por outro lado, registou-se um aumento do valor das comparticipações do Estado no âmbito dos acordos de cooperação (na Educação Pré-Escolar, para o ano letivo 2022/2023, a atualização foi de apenas 1,3%, após ter sido de 0,3% para o ano letivo 2021/2022, primeira atualização desde 2009), de todo o modo não suficiente sequer para neutralizar o défice acumulado.

Neste breve bosquejo, deixamos finalmente o registo do nosso sentimento de pesar pelo falecimento em 2023 de oito Irmãos e do reconhecimento por cinco novas filiações na Santa Casa da Misericórdia da Maia.



ATIVIDADES

Mantendo a configuração habitual, referiremos neste Relatório de Atividades:

Apoio à infância e juventude

Apoio à terceira idade

Intervenção Comunitária

Apoio a cidadãos diminuídos

Outras atividades/acontecimentos ou factos relevantes

Apoio à infância e juventude

Em 2023 a Santa Casa da Misericórdia da Maia teve em funcionamento:

- ✓ **Catorze Estabelecimento de Creche**, instalados em 9 das 10 freguesias da Maia (sendo que as freguesias de Águas Santas, Moreira, Castelo da Maia e Cidade da Maia acolhem mais que um e Vila Nova da Telha não acolhe nenhum). A Misericórdia serviu assim a comunidade em 43 salas, com capacidade total definida para 586 crianças.
- ✓ **Doze Estabelecimentos Educação Pré-Escolar**, em funcionamento nos mesmos edifícios que as Creches (exceto Santa Luzia e Folgosa, que acolhem apenas Creche), em 8 das 10 freguesias do Concelho (a Misericórdia não gere Estabelecimentos de Pré-Escolar em Folgosa e Vila Nova da Telha), com um total de 34 salas, com capacidade para 770 crianças;
- ✓ **Um Estabelecimento de Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL ou ATL)**, com uma sala (com capacidade para 16 crianças) na Cidade da Maia, no Centro de Animação de Vermoim, que acolhe também Creche e Educação Pré-Escolar.

Em relação ao apresentado no Relatório de Atividades do ano de 2022, há a registar o encerramento de uma sala de Educação Pré-Escolar, que funcionou até agosto de 2023, em Águas Santas II (dispõe agora de duas salas em funcionamento) por insuficiência da procura e, em sentido inverso, a abertura da Creche de Folgosa, com 3 salas (sala até aquisição de marcha ou berçário, sala da aquisição de marcha aos 24 meses ou sala de

1 ano e sala dos 24 aos 36 meses ou sala dos dois anos). A Creche funciona em parte, devidamente adaptada para o efeito pela Câmara Municipal da Maia, do edifício que acolhe o Centro Escolar de Folgosa. Concluídas as obras de adaptação e cumpridos os necessários trâmites processuais junto do Instituto da Segurança Social, a Creche iniciou funcionamento a 14 de dezembro de 2023, com capacidade para 42 crianças e acordo de cooperação para 36 crianças.

A atividade destas respostas sociais decorre em obediência aos normativos legais aplicáveis, às orientações curriculares (no caso da Educação Pré-Escolar), aos Regulamentos Internos e ao Projeto Educativo, que são documentos a todos os Estabelecimentos, e aos planos de atividades e projetos pedagógicos ou curriculares próprios de cada estabelecimento, sem prejuízo da realização de atividades idênticas ou em conjunto. Entre as primeiras citamos apenas as comemorações de efemérides como o Dia Mundial da Criança, Dia Mundial da Alimentação e o Natal e entre as segundas a *Colónia Balnear* no mês de julho (Educação Pré-Escolar), o convívio entre Famílias e os Profissionais em 2023 realizado na Quinta da Gruta e denominado *Festa do Outono* e a participação no Projeto de sensibilização para os benefícios e riscos da exposição solar integrada nos programas de educação para a saúde promovidos pela Câmara Municipal da Maia. Justifica-se igualmente uma referência ao Projeto *Música a partir do Berço*, promovido pelo Fundação Conservatório de Música da Maia nas creches da Maia e que pretende a introdução da linguagem e expressão musical na vivência das crianças.

Cada um dos Estabelecimentos constitui um centro de custo autónomo ao qual são imputadas as despesas próprias necessárias ao seu funcionamento e uma proporção dos custos dos serviços comuns, nomeadamente dos serviços administrativos da Sede. São igualmente imputadas as receitas resultantes:

- As comparticipações pagas pelo Estado no âmbito dos acordos de cooperação com o Instituto da Segurança Social e Ministério da Educação (este último apenas no caso da Educação Pré-Escolar), de valor fixo por criança e a multiplicar pelo número de crianças abrangidas em efetiva frequência. Pode ainda acrescer uma comparticipação suplementar por deficiência da criança e, no caso da Creche, uma comparticipação suplementar (por Estabelecimento) pelo funcionamento

durante mais de 11 horas diárias.

- As comparticipações familiares dos Utentes, de valor calculado de acordo com rendimento *per capita* dos respetivos agregados familiares.

Recordamos que na Creche tem sido estabelecida progressivamente a gratuidade do acesso à frequência da Creche e os agregados que dela beneficiam apenas comparticipam os custos com transportes, aquisição de fardamento e atividades extra projeto pedagógico (*atividades extracurriculares*): atualmente a frequência é gratuita para a maior parte da crianças, seja porque o respetivo rendimento se enquadra no 1º ou 2º escalões da tabela de comparticipações familiares (neste caso o Estado paga à Instituição a comparticipação de valor fixo e a comparticipação calculada em função dos rendimentos do agregado, neste caso em substituição da família), seja porque a partir de um setembro de 2022 a frequência é gratuita para todas as crianças nascidas desde 01 de setembro de 2021, independentemente do respetivo rendimento (neste caso o Estado paga uma comparticipação de valor fixo por criança, determinado no Compromisso de Cooperação e que é suposto assegurar a cobertura dos custos da frequência. Esse valor é atualmente de 473,80 € mensais).

APOIO À TERCEIRA IDADE E DEPENDÊNCIA

Em 2023 a Misericórdia colocou ao serviço da população:

- ✓ **Duas Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI ou Lar de Idosos):**
na Freguesia Cidade da Maia, o Lar Prof. Doutor José Vieira de Carvalho e, na Freguesia de Milheirós, o Centro Social de Milheirós ou *Casa de Milheirós*, com capacidade para sessenta e seis Idosos: cinquenta no primeiro (trinta deles abrangidos por acordo de cooperação) e dezasseis no segundo (doze deles abrangidos por acordo de cooperação).

Recordamos ainda que no Lar Prof. Doutor José Vieira de Carvalho três vagas são preenchidas por utentes indicados pela Segurança Social e uma está preenchida por utente encaminhado ao abrigo de protocolo para acolhimento de utentes com alta

hospitalar e na Casa de Milheirós duas vagas são preenchidas pelo Instituto da Segurança Social.

- ✓ **Sete Centros de Dia:** um em Moreira (no edifício que também acolhe Creche e Educação Pré-Escolar), dois no Castelo da Maia (um isolado e outro em edifício com Creche e Educação Pré-Escolar), um na Cidade da Maia (em edifício com ERPI e Serviço de Apoio Domiciliário), um em Nogueira e Silva Escura (isolado), um em Milheirós (em edifício acoplado com ERPI e Serviço de Apoio Domiciliário) e um em Pedrouços (em edifício também com Creche e Educação Pré-Escolar), com capacidade total para 190 idosos e acordo de cooperação para 144 idosos.

A 28 de fevereiro de 2023 foi encerrado o Centro de Dia de Crestins, o qual desde dezembro de 1993 funcionou no Centro Social do Monte das Pedras. A Mesa Regedora tomou essa difícil decisão porque o edifício já não reunia condições físicas para corresponder às modernas necessidades do Centro de Dia, não era possível realizar obras e a pandemia de Covid 19 havia provocado uma significativa redução de frequência, que nunca se atenuou significativamente após o desagramento daquela pandemia.

- ✓ **Três Serviços de Apoio Domiciliário (SAD):** um em Vila Nova da Telha (em edifício que acolhe Centro Comunitário), um na Cidade da Maia (em edifício que acolhe também Centro de Dia e ERPI) e um em Milheirós (em edifício que acolhe também Centro de Dia e ERPI), com capacidade total para 150 utentes e acordo de cooperação para 115 utentes (entre os quais 36 para apenas 2 serviços e 12 com prestação ao fim de semana).

Também as atividades destas respostas sociais são promovidas no respeito pela legislação reguladora (no caso do Centro de Dia apenas um guião orientador), os respetivos regulamentos internos e os planos de atividades anuais. Naturalmente não se pode aqui elencar nem as atividades diárias desenvolvidas nos Estabelecimentos (ou no domicílio dos utentes, no caso do Serviço de Apoio Domiciliário) para a ocupação dos tempos livres, a valorização das capacidades de cada idoso, a manutenção da sua autonomia ou o retardamento dos efeitos do declínio das suas capacidades físicas e mentais e a

preservação da sua dignidade enquanto cidadãos, nem as atividades não diárias desenvolvidas no exterior dos estabelecimentos, pelo que referimos apenas que foi promovida a participação em diversos projetos do Programa Municipal de Saúde Sénior, no concurso de Natal promovido pela Câmara Municipal (1º prémio para o Centro de Dia de Barca) e no *Concurso Mãos com Vida*, da Misericórdia de Amarante (primeiro prémio para o Centro de Dia de Barca e 2º para o Centro de Dia da Guarda), encontros intergeracionais, comemorações diversas e passeios, entre os quais se inclui a já tradicional viagem de utentes mais autónomos do Lar Prof. Doutor José Vieira de Carvalho, que em 2023 se deslocaram aos Açores, motivando a presença posterior de alguns deles em programa televisivo.

Cada um destes estabelecimentos é considerado um centro de custo autónomo, ao qual são imputadas as despesas necessárias ao seu funcionamento, incluindo uma proporção dos custos dos serviços comuns (nomeadamente dos serviços administrativos da Sede) e as receitas com as quais se pretende assegurar a cobertura das despesas:

- As comparticipações dos Utentes, de montante estabelecido em função do rendimento *per capita* dos respetivos agregados familiares no caso dos Utentes abrangidos por acordo de cooperação (com o possível acréscimo, na Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, da comparticipação dos familiares) e definida pela Instituição no caso dos utentes não abrangidos por acordo de cooperação, com o limite do custo médio de utente (no caso do Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário).
- As comparticipações pagas pelo Estado no âmbito dos acordos com o Instituto da Segurança Social, de valor fixo por vaga abrangida por acordo de cooperação efetivamente preenchida.

Porém, no caso de cada uma das cinco vagas preenchidas pela Segurança Social em ERPI, o valor a receber pela Instituição é constituído pela comparticipação do utente (calculada em função dos seus rendimentos) e pelo valor necessário para, a acrescer à comparticipação do Utente, se completar o valor definido anualmente em acordo de cooperação.

INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA

Consideramos aqui:

- ✓ O Centro Comunitário de Vila Nova da Telha;
- ✓ O Centro Comunitário de Vermoim/Sobreiro;
- ✓ (Re)Criar- Centro de Apoio à Comunidade;
- ✓ Projeto Bué d'Escolhas (e8g e e9g);
- ✓ Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC)/Privação Material;
- ✓ Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS 4G);
- ✓ As atividades no âmbito do Rendimento Social de Inserção e o Protocolo com o Município da Maia no âmbito do Atendimento e Acompanhamento Social;
- ✓ Projeto Maia Melhor.

Centro Comunitário de Vermoim/Sobreiro:

O Centro Comunitário de Vermoim/Sobreiro manteve a sua vocação para o apoio em situações de carência, com cedência de ajudas técnicas, apoio alimentar, apoio psicossocial, atendimento social, atividades de apoio à infância e juventude, higiene pessoal, atividade desportivas (destaca-se a atividade Boccia Sénior, com o 1º lugar no campeonato individual Norte e o 2º lugar no campeonato nacional por equipas, e as 12 ações em parceria com a *Fundação Decathlon*, que permitiu também aquisição de algum equipamento desportivo).

Manteve-se a parceria com **Parceria com a Fico Cables - Fabrica de Acessórios e Equipamentos Industriais Lda.**, por esta financiada, através do qual o Centro Comunitário entregou cabazes de produtos alimentares regulares a 16 Trabalhadores daquele Empresa, com um total de 45 pessoas no agregado.

Para além disso, o Centro continuou a prestar apoio à formação e capacitação promovida por outras Entidades (por exemplo, 2 cursos na área de restauro de móveis e um de reparação de eletrodomésticos, em parceria com o IEFP, para além de 4 ações de

acompanhamento e capacitação de adultos para obtenção do 9º ano de escolaridade) e a desenvolver ou acolher outros projetos, tais como:

- ✓ O **Programa de Emergência Alimentar**, com co-financiamento do Instituto da Segurança Social, que continuou a servir gratuitamente 29 refeições diárias.
- ✓ O **Gabinete de Inserção Profissional (GIP)**, co-financiado pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (que comparticipa nas despesas com o animador de emprego, comunicações e consumíveis), que viu já a sua autorização de funcionamento prorrogada até 31 de dezembro de 2024 e continuou a sua atividade de prestação de apoio a desempregados, encaminhamento para formação e postos de trabalho.
- ✓ O Projeto, na sua sexta edição, no âmbito do **Contrato Local de Segurança da Maia**, financiado pela Secretaria de Estado da Administração Interna, que entre 23 de dezembro de 2022 e 22 de dezembro de 2023, continuou a promover ações no sentido da prevenção da criminalidade. Entre as ações deste Projeto, denominado “Urbaniza-te”, destacamos o espetáculo de Teatro de Marionetas “Tornei-me Invisível” (sensibilização para a problemática do esquecimento a que muitas vezes são votados os idosos) que contou com 400 espetadores no Fórum da Maia e teve mais duas apresentações, uma no próprio Centro Comunitário e outra em Gondomar. Estão em curso diligências, perturbadas pela crise política, para a reedição do projeto.
- ✓ A recolha e redistribuição de alimentos doados por hipermercados e o apoio na distribuição de alimentos de outros projetos.
- ✓ O **Programa Incorpora**, promovido pela FUNDACIÓN BANCARIA CAJA DE AHORROS Y PENSIONES DE BARCELONA e no qual a Misericórdia participa desde janeiro de 2021, continuou a promover a melhoria da empregabilidade de pessoas em situação de maior vulnerabilidade. Conta com a afetação de um Técnico Superior e o financiamento da referida Fundação, mantendo-se a participação da Misericórdia em 2024.

Regista-se ainda o funcionamento da **Loja Social Mundos e Fundos**, através da qual se recolheu, revalorizou e disponibilizou, aos mais carenciados, roupas e outros artigos de uso doméstico, a preços simbólicos, mas que encerrou em dezembro de 2023, uma vez que o proprietário solicitou a entrega da loja, que se encontrava cedida em regime de comodato. A respetiva continua, agora no próprio Centro Comunitário.

Centro Comunitário de Vila Nova da Telha:

Sem alterações de relevo em relação ao ano anterior, o Centro Comunitário de Vila Nova da Telha, para além do já referido Serviço de Apoio Domiciliário, continuou a recolher e distribuir, a pessoas carenciadas, géneros alimentares doados por Hipermercados e outras entidades, a promover higiene pessoal e tratamento de roupas, receção e doação de móveis e roupas, atendimento social e acompanhamento psicossocial.

Prosseguiram as atividades diversas, de convívio e ocupação de tempos livres, do **Clube Sénior**, três dias por semana e para Seniores autónomos.

Também neste Centro Comunitário continuaram a ser confeccionadas e servidas, diária e gratuitamente, refeições (17 refeições diárias) no âmbito do **Programa de Emergência Alimentar**, co-financiado pelo Instituto da Segurança Social.

Com objetivo idêntico ao que funciona no outro Centro Comunitário e também com co-financiamento pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional e autorização de funcionamento prorrogada até 31 de dezembro de 2024, prosseguiram as atividades do **Gabinete de Inserção Profissional (GIP)**, este com dois Animadores de Emprego a meio tempo (um no Centro comunitário de Vila Nova da Telha e outro na Junta de Freguesia de Moreira).

Também o Centro Comunitário de Vila Nova colaborou na distribuição de géneros alimentares no âmbito de outros projetos, nomeadamente os adquiridos pelo (Re)Criar-Centro de Apoio à Comunidade (no âmbito do Programa Municipal de Emergência Social) e os entregues no âmbito do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais

Carenciadas (POAPMC) e promoveu a distribuição de alimentos doados, nomeadamente os recolhidos regularmente no Aeroporto do Porto.

Cada um dos Centro Comunitários é um centro de custo autónomo no qual são lançadas as despesas necessárias ao seu funcionamento, uma proporção dos custos dos serviços comuns, nomeadamente dos serviços administrativos da Sede, e bem assim as receitas geradas (não incluímos aqui os projetos específicos, cuja forma de financiamento referimos já nos momentos próprios):

- As comparticipações dos Utentes, a preços reduzidos, no caso dos serviços que não são gratuitos (Clube Sénior e atendimento psicossocial).
- As comparticipações pagas pelo Estado no âmbito dos acordos com Instituto da Segurança Social. Trata-se de acordo de cooperação atípico, em que não é atribuída uma comparticipação por utente, mas sim uma comparticipação de valor global.

(Re)Criar – Centro de Apoio à Comunidade:

É um projeto desenvolvido em parceria com a Câmara Municipal da Maia e as Juntas de Freguesia de Pedrouços e Águas Santas que está sediado em Teibas, Pedrouços, sendo financiado pela Misericórdia da Maia, pela Câmara Municipal (cedência de recursos humanos) e Juntas de Freguesia referidas (comparticipação financeira). Promoveu:

- ✓ **Apoio alimentar:** seleção de destinatários e entrega, a carenciados, de alimentos adquiridos no âmbito do Programa de Emergência Municipal, financiado pela Câmara Municipal da Maia.
- ✓ Atividades de animação, convívio e promoção do envelhecimento saudável, no **Clube Sénior.**
- ✓ **Apoio sociopedagógico específico a crianças e jovens e Intervenção Familiar e Parental.**
- ✓ Colaboração na distribuição de géneros alimentares no âmbito do POAPMC.

Projeto Bué d'Escolhas (e8g e e9g)

O projeto desenvolvido no âmbito 8ª geração do Programa Escolhas (programa no qual a Misericórdia teve candidaturas aprovadas desde a 5ª geração, há mais de 10 anos), teve como Promotora a Câmara Municipal da Maia, como Gestora a Misericórdia da Maia e como parceiros outros 15 parceiros. Visando a inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos mais vulneráveis, sobretudo das zonas habitacionais mais carenciadas de Águas Santas e Pedrouços, as atividades iniciaram-se em abril de 2021 e terminaram a 30 de setembro de 2023, após prorrogações.

Uma vez que o intuito das prorrogações foi evitar que houvesse interrupções nas atividades do Programa Escolhas, foi aberto novo período de candidaturas e a apresentada pela Misericórdia foi aprovada. O **Bué d'Escolhas-e9g**, com os mesmos objetivos, está no terreno desde 01 de outubro de 2023 e previsivelmente até trinta de setembro de 2026.

O Bué d'Escolhas constituiu também centro de custo autónomo, cujas despesas mais relevantes são as remunerações dos trabalhadores afetos (três Técnicos Superiores) e como receitas o financiamento atribuído pelo Alto Comissariado para as Migrações, I.P..

✓ Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC).

Desenvolvido no âmbito do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC) do Quadro Operacional de Apoio *Portugal 2020*, a sua 2ª fase teve início em dezembro de 2019 e tinha termo previsto para 31 de janeiro de 2023, mas foi prorrogada até 30 de novembro de 2023. A Misericórdia da Maia foi polo de receção e nessa qualidade responsável pelo recebimento (no armazém do Sobreiro), dos alimentos entregues pelos fornecedores contratados pelo Instituto da Segurança Social e, tal como a Delegação da Maia da Cruz Vermelha Portuguesa, Entidade Mediadora e nessa qualidade responsável pela entrega dos alimentos aos beneficiários (677 no caso da Misericórdia e 150 no caso da Cruz Vermelha, tendo este número sido aumentado em consequência da pandemia de Covid-19) e pela realização de ações de acompanhamento (em especial sensibilização para a correta conservação dos alimentos, para o combate ao desperdício e aproveitamento dos alimentos, alimentação saudável).

A distribuição dos alimentos foi efetuada no referido Armazém, no Centro Comunitário do Sobreiro, no (Re)Criar e no Centro Comunitário de Vila Nova da Telha, para além dos domicílios de alguns dos beneficiários que por doença ou incapacidade estavam impossibilitados de se deslocar.

Igualmente Centro de custo autónomo e contando com três trabalhadores afetos, o projeto foi financiado através do Orçamento do Estado e de verbas da União Europeia no âmbito do Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas Carenciadas (FEAC).

Apesar de o Programa ter terminado em novembro de 2023, o recebimento e distribuição de alimentos prosseguiu, agora no âmbito do Programa Temático Demografia, Qualificação e Inclusão do quadro comunitário *PESSOAS 2030*, financiado pelo Fundo Social Europeu, na vertente da **Privação Material**, com duração prevista até final de fevereiro de 2025 e para 1.654 beneficiários no Município da Maia. Apenas para uma breve noção da dimensão do projeto, as necessidades de armazenamento previstas para a Maia, por semana, são de 6.094,95 kg (produtos secos) e 11.732,27 litros (produtos frios e congelados).

✓ **Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS 4 G)**

Desenvolvidos no âmbito do POISE - Programa Operacional Inclusão Social e Emprego do Quadro Comunitário de Apoio Portugal 2020, iniciaram atividade a 03 de agosto de 2020:

- O **Projeto Capacitar +**, com uma equipa de cinco Trabalhadores e intervenção nas freguesias de Águas Santas, Folgosa, Milheirós, Nogueira e Silva Escura, Pedrouços e São Pedro Fins, trabalhando a partir de parte das instalações da Sede da Junta de Freguesia de Milheirós (tomadas de arrendamento à Junta de Freguesia).
- O **Projeto Incluir +** com uma equipa de cinco profissionais e intervenção nas freguesias do Castelo da Maia, Cidade da Maia, Moreira e Vila Nova da Telha, trabalhando a partir de parte das instalações do polo de Barca da Junta de Freguesia Castelo da Maia (tomadas de arrendamento à Junta de Freguesia).

Com os objetivos principais de aumentar os níveis de coesão social do concelho da Maia, dinamizando a alteração da sua situação socio territorial, concentrando a intervenção nos grupos populacionais do concelho que evidenciavam as fragilidades mais significativas e potenciando a congregação de esforços entre o sector público e o privado, as atividades terminaram no prazo contratualizado (02 de agosto de 2023), tendo-se atingido integralmente as metas estabelecidas e tendo os Projetos merecido um louvor da Rede Social da Maia.

Constituiu cada um destes projetos um centro de custo autónomo ao qual foram imputadas as despesas resultantes do seu funcionamento (recursos humanos, comunicações, economato, rendas e aquisições de serviços e equipamentos) e as receitas, constituídas exclusivamente pelas participações pelo Orçamento de Estado e Fundo Social Europeu.

✓ **Atividades no âmbito do Rendimento Social de Inserção e o Protocolo com o Município da Maia no âmbito do Atendimento e Acompanhamento Social.**

A equipa do Rendimento Social de Inserção, sediada no Centro Comunitário de Vila Nova da Telha mas com atendimentos também no Centro Comunitário do Sobreiro e constituída por seis Trabalhadores, continuou a acompanhar uma média mensal superior a 240 agregados familiares beneficiários da prestação do Rendimento Social de Inserção (elaboração do diagnóstico da situação familiar e respetivo relatório social, negociação, elaboração e acompanhamento do cumprimento do programa de inserção) até final de março de 2023, data em que, por força da transferência de competências do Estado para as Autarquias na área da ação social, caducou o protocolo com o Instituto da Segurança Social, que vigorava já desde 2007.

Com efeitos a partir de 03 de abril de 2023, a Misericórdia celebrou protocolo com o Município da Maia, disponibilizando uma equipa de 6 profissionais (três que faziam parte da equipa de RSI e três novos que substituíram os que rescindiram contrato de trabalho) para exercício de funções no serviço de atendimento e acompanhamento social, com a obrigação de acompanhamento de 600 agregados, elaborando relatórios de diagnóstico social e acompanhamento, propostas de atribuição de prestações pecuniárias de caráter eventual e acompanhamento dos Beneficiários do Rendimento Social de Inserção. A

equipa está sediada nas instalações da Câmara Municipal da Maia e efetua atendimento nas instalações das Juntas de Freguesia do Concelho, de acordo com o mapa de organização do GAIL – SAAS (Gabinetes de Atendimento Integrado Local/Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social).

Este Protocolo com o Município será renovado por um ano, até 02 de abril de 2025.

Centro de custo autónomo, o Rendimento Social de Inserção tinha como despesas a remuneração dos recursos humanos, o combustível e gastos com a manutenção da viatura afeta e como receita a comparticipação atribuída pela Segurança Social ao abrigo do protocolo referido.

O Protocolo com o Município da Maia é igualmente um centro de custo autónomo tendo como despesa a remuneração e respetivos encargos sociais da equipa de profissionais e como receita a comparticipação protocolada com o Município, paga mensalmente em função da despesa efetivamente incorrida e paga.

✓ **Projeto Maia Melhor**

No seguimento da aprovação da candidatura apresentada no âmbito do investimento RE-C03-i06.03 – Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana do Porto”, apoiada pelo Plano de Recuperação e Resiliência nos termos do Aviso de Abertura de Candidaturas(AAC) n.º 02/C03-i06.03/2022 – Convite à apresentação das candidaturas das Operações Individuais”, as atividades foram iniciadas a 01 de outubro de 2024, com termo previsto para 30 de setembro de 2025. É uma parceria com o Município da Maia (Benefício Líder) e a Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M., S.A., à qual a Misericórdia afeta uma equipa de seis profissionais a tempo inteiro, contratados específica e exclusivamente para exercício de funções neste projeto.

A operação incide sobre bolsas populacionais em 4 freguesias do Concelho da Maia (Águas Santas, Castelo da Maia, Pedrouços e Vila Nova da Telha), caracterizadas pela pobreza, exclusão social, iliteracia, baixíssimo capital escolar e alheamento da formação profissional, no sentido da sua inclusão através da sua capacitação a vários níveis.

Os gastos, constituídos pelas despesas com recursos humanos, consumíveis e materiais diversos, prestações de serviços, são comparticipadas pela Autoridade Metropolitana do Porto, única receita do projeto.

Apoio a Cidadãos Diminuídos

Referimo-nos ao transporte de cidadãos com deficiência física e/ou mental para os estabelecimentos de apoio que os acolhem durante o dia. A Misericórdia afeta uma viatura pesada de passageiros adaptada, um Motorista e um Ajudante de Motorista, com comparticipação da Câmara Municipal da Maia nas despesas de combustível.

Os demais custos (recursos humanos, seguro e manutenção da viatura) e receitas (unicamente a comparticipação do Instituto da Segurança Social no âmbito do acordo atípico que abrange a resposta) são imputados ao Centro de Custo Sede.

Outras atividades/acontecimentos ou factos relevantes

Como não poderia deixar de ser, a Santa Casa da Misericórdia da Maia continuou a promover reparações e melhoramentos em edifícios, viaturas, máquinas e equipamentos. Como é compreensível, esse esforço tem que ser feito frequentemente e representa ainda um encargo financeiro importante, atendendo à utilização intensiva a que são sujeitos e à multiplicidade de equipamentos, nomeadamente as quase duas dezenas de cozinhas e 39 viaturas ao serviço.

Para além das atualizações remuneratórias por força das já referidas portarias de extensão e da evolução da contratação coletiva da responsabilidade da União representativa desta Misericórdia, da atualização do salário mínimo nacional e progressões na carreira, a Misericórdia procurou proporcionar formação, dispensa do trabalho para frequência de aulas e prestação de provas (estatuto de trabalhador estudante) e ações de formação, colóquios e conferências promovidas por outras Entidades, no sentido da diversificação e atualização de conhecimentos, importante para a valorização pessoal e profissional dos Trabalhadores e para a melhoria da prestação dos serviços.

Desde sempre a Misericórdia tem colocado especial cuidado na dinamização de parcerias, quer no sentido de obter mais valias para a sua atividade regular, quer no sentido do alargamento do universo de pessoas apoiadas, quer em benefício do trabalho de outras Instituições que apoiam a comunidade, quer ainda como contributo para a formação ou inserção profissional dos cidadãos. Referindo apenas algumas das Entidades:

- ✓ O Município /Câmara Municipal da Maia, que cede grande parte dos edifícios utilizados pela Misericórdia da Maia e assegura algumas reparações/melhoramentos e apoia financeiramente para o desenvolvimento das tarefas que delega na Misericórdia (exemplos do já referido apoio alimentar organizado pelo (Re)Criar e o atendimento social no âmbito do Protocolo GAIL/SAAS).
- ✓ As Juntas de Freguesia do Concelho, que nomeadamente cedem também alguns dos edifícios onde a Misericórdia desenvolve a sua atividade.
- ✓ O Estado, com destaque para os Ministérios do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (em especial o Instituto da Segurança Social), da Educação e da Administração Interna, que apoia financeiramente no âmbito dos acordos de cooperação e dos protocolos celebrados.
- ✓ O Instituto do Emprego e Formação Profissional, em articulação com o qual funcionam os Gabinetes de Inserção Profissional e decorre formação profissional, Contratos de Emprego Inserção, os Estágios Profissionais, que permitem a valorização profissional, e (re)inserção profissional de cidadãos e por vezes resultam em contratação pela própria Misericórdia (12 contratações em 2023, uma das quais a título permanente).
- ✓ Os protocolos com As Escolas, Universidades e Centros de Formação Profissional, com as quais se protocola a realização de estágios, curriculares ou em contexto de trabalho, contribuindo para a formação de futuros profissionais.

Na sua 14ª edição, foi atribuída a **Bolsa de Estudo Prof. Doutor José Vieira de Carvalho**, no montante de 1.250,00 € e quatro bolsas ou menções honrosas no montante de 300,00 € cada. Foram homenageados os **Trabalhadores da Misericórdia da Maia que em 2023 completaram vinte anos ao serviço da Instituição** e o **Prémio Fernando de Almeida**

distinguiu desta vez um Trabalhador da Misericórdia, cujo trabalho em prol da solidariedade vai muito além do seu trabalho na Instituição.

No plano cultural e religioso, registámos as exéquias anuais, no mês de novembro, por Alma de todos os Benfeitores e Irmãos Falecidos, as habituais participações dos idosos em celebrações religiosas e a procissão do mês de Maria, no Lar Prof. Doutor José Vieira de Carvalho. Nesta área não poderemos deixar de recordar o falecimento, a 25 de setembro, do Irmão e Capelão da Misericórdia da Maia, Padre Domingos Jorge Duarte do Aído e a nomeação, aceite, como novo Capelão do Reverendo Padre António José Rodrigues Bacelar, Pároco da Maia, requerida pela Misericórdia e ordenada pela Diocese do Porto.

Sem prejuízo da principal preocupação de assegurar a sustentabilidade da atividade em curso, a Santa Casa da Misericórdia da Maia continua a procurar a diversificação e o alargamento do apoio social que presta, destacando-se aqui:

- ✓ **O aumento da capacidade da Creche de Águas Santas II** em 42 lugares, com a criação de uma sala até à aquisição de marcha, uma sala da aquisição de marcha aos 24 meses e uma sala dos 24 aos 36 meses, com apoio financeiro do Instituto da Segurança Social e garantia da celebração de acordo de cooperação no âmbito do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais – 2ª Geração e também com apoio financeiro da Autarquia quanto à parte não comparticipada pelo ISS. A obra foi consignada a 17 de janeiro de 2023 e deveria terminar a 16 de janeiro de 2024. Porém, mesmo decorrendo com muita regularidade e sem sobrecustos de valor considerável, a obra vai terminar fora do prazo estabelecido, essencialmente pelo atraso do fabricante estrangeiro na entrega de um equipamento. Espera-se que as novas salas possam começar a funcionar ainda neste ano letivo de 2023/2024.

- ✓ **A Criação de Centro de Dia** no edifício da Secretaria de Gemunde da Junta de Freguesia de Gemunde, para 30 Utentes: aprovada a candidatura à 3ª Geração do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES 3.0), foi adjudicada a empreitada e os serviços de fiscalização e coordenação de segurança e a obra foi consignada a 30 de outubro de 2023, devendo terminar dentro do

prazo estipulado de 5 meses, pelo que é possível que o novo Centro abra ainda no primeiro semestre de 2024. Para além da garantia de acordo de cooperação e apoio financeiro do Instituto da Segurança Social, os custos da empreitada são também comparticipados, na parte não abrangida pela comparticipação daquele Instituto, pela Câmara Municipal da Maia.

- ✓ **A construção de uma nova Creche em Vila Nova da Telha** (em lote de terreno cedido em regime de direito de superfície) com capacidade para 42 crianças, será também comparticipada pelo Instituto da Segurança Social e pela Câmara Municipal da Maia. Concluídos os complexos e demorados trâmites processuais junto do Instituto da Segurança Social, foi lançado o concurso público para adjudicação da empreitada e no momento em que se aprova este Plano de Atividades a empreitada foi adjudicada, esperando-se que em breve sejam adjudicados os serviços de fiscalização e coordenação de segurança em obra, obtido o Alvará e iniciada a obra, que tem duração prevista de 18 meses.

- ✓ **A requalificação da Casa do Laje:** trata-se de um projeto de grande envergadura que a Instituição não pode concretizar sem financiamento público. A Instituição tem procurado soluções e nesse sentido apresentou candidatura à criação de uma Unidade de Cuidados Continuados, no âmbito do Programa de Recuperação e Resiliência, mas não dispôs de tempo suficiente para a necessária reformulação do projeto de arquitetura e a candidatura foi indeferida.

Em face do exposto, a Mesa Regedora considera que foi cumprido no essencial o plano de atividades para o ano de 2023, sem prejuízo da concretização de atividades não previstas, e o trabalho desenvolvido nas várias respostas sociais, a taxa de execução dos projetos concretizados e o número de cidadãos abrangidos comprova o valor e a importância do contributo da Santa Casa da Misericórdia da Maia para a promoção do desenvolvimento social, a igualdade de oportunidades e a dignidade humana.



AGRADECIMENTOS

Registamos em primeiro lugar a forma desinteressada como os Irmãos da Santa Casa da Misericórdia a fundaram e a têm ao longo dos anos servido. Sem Irmãos não haveria Misericórdia da Maia e a sua extensão e relevante Obra. A Mesa Regedora, enquanto Órgão com funções executivas e responsável pela aprovação do Relatório de Atividades, não poderia deixar de dirigir a sua primeira manifestação de gratidão aos Membros da Mesa da Assembleia dos Irmãos e aos membros do Definitório, pelo exercício de funções e todos os Irmãos pela sua filiação, pelos apoios concedidos, pela preocupação demonstrada e pela promoção e divulgação da Obra da Instituição.

Os Trabalhadores da Misericórdia da Maia em geral merecem também a manifestação do nosso reconhecimento pelo seu esforço e pelo carinho e atenção que dedicam aos Utentes. A manutenção dos postos de trabalho e a melhoria do estatuto socioprofissional dos Trabalhadores é um dos principais objetivos da luta incansável pela melhoria das condições de financiamento público da atividade. Numa atividade desenvolvida em substituição do Estado, que pretende garantir o acesso ao apoio por parte dos mais carenciados, só o financiamento público adequado poderá permitir que a prestação do serviço continue e com profissionais competentes, motivados e condignamente remunerados.

Agradecemos igualmente aos Parceiros referidos ao longo do Relatório e todos os outros que possamos não ter mencionado, pelo apoio logístico e financeiro que conferiram à Misericórdia e a ajudaram na manutenção ou expansão da sua Obra.

Agradecemos igualmente aos particulares e Empresas que apoiaram financeiramente ou com a oferta de bens a Instituição, nomeadamente através da consignação de IRS e de donativos, quer aqueles que a Instituição canaliza para suporte da sua atividade, quer aqueles que se destinam a entrega direta a pessoas carenciadas e não constituem receita da Misericórdia.

Agradecemos finalmente aos Utentes e Famílias que recorreram ao apoio desta Misericórdia, em especial àqueles que prestaram a sua melhor colaboração aos Trabalhadores que diretamente os apoiaram ou que souberam reconhecer o esforço dos Trabalhadores e o valor do trabalho desenvolvido.

A Mesa Regedora tributa a todos o seu sincero reconhecimento.



RELATÓRIO DE GESTÃO



INTRODUÇÃO

Nas próximas páginas procurar-se-á apresentar a evolução económica e financeira da Santa Casa da Misericórdia da Maia no exercício de 2023, estabelecendo-se simultaneamente uma comparação com os anos anteriores.

Do ponto de vista das estruturas de rendimentos e gastos, não se verificaram variações relevantes, continuando os gastos com pessoal a representar a maior fatia do lado dos custos, assim como as verbas provenientes dos serviços prestados (comparticipações de utentes e participações da Segurança Social) continuam a ser as principais fontes de rendimento. Também mantendo a tendência que se vem observando no passado recente, os gastos têm observado um crescimento superior à evolução dos ganhos, muito por consequência da subida generalizada dos preços, mas também devido ao impacto da evolução positiva dos salários. Com um peso relativo muito importante, uma pequena variação percentual desta rubrica tem um impacto significativo no cômputo global.

As IPSS e outras instituições do sector social têm vindo a manifestar a sua preocupação relativamente à evolução dos apoios provenientes da Segurança Social, por serem insuficientes para colmatar o efeito do crescimento dos gastos. A prolongarem-se no tempo, estas tendências de evolução afetam sobremaneira o equilíbrio financeiro das instituições e podem colocar em causa a sustentabilidade das mesmas.

RESULTADO E EVOLUÇÃO GLOBAL

O exercício de 2023 termina com um resultado negativo relevante, superando o de 2022.

GASTOS & PERDAS	Ex. 2021	Ex. 2022	Ex. 2023	Var. %
61 Custo das matérias consumidas	748 676,00 €	787 381,16 €	777 808,41 €	-1,22%
62 Fornecimentos e Serviços Externos	1 182 464,58 €	1 732 402,88 €	1 941 983,03 €	12,10%
63 Gastos c/ o Pessoal	6 803 827,71 €	6 997 628,68 €	7 747 398,32 €	10,71%
64 Gastos de depreciação e amortização	372 503,23 €	364 742,44 €	343 923,07 €	-5,71%
65 Perdas por imparidade	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-
66 Perdas por redução de justo valor	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-
67 Provisões	0,00 €	8 000,00 €	0,00 €	-
68 Outros Gastos e Perdas	2 391,07 €	3 201,85 €	8 246,46 €	157,55%
69 Gastos e Perdas de Financiamento	46,95 €	0,00 €	1,35 €	-
Total	9 109 909,54 €	9 893 357,01 €	10 819 360,64 €	18,76%
RENDIMENTOS & GANHOS	Ex. 2021	Ex. 2022	Ex. 2023	Var. %
72 Prestação de Serviços	7 167 801,75 €	7 986 522,37 €	8 671 476,84 €	8,58%
73 Variações nos Inventários de Produção	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-
74 Trabalhos para Própria Instituição	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-
75 Comparticipações e Subsídios	1 480 158,33 €	1 345 041,16 €	917 810,75 €	-31,76%
76 Reversões	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-
77 Ganhos por aumento de justo valor	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-
78 Outros Rendimentos e Ganhos	372 135,91 €	336 530,83 €	412 129,94 €	22,46%
79 Juros, Dividendos e outros Rendimentos	956,79 €	751,09 €	7 939,83 €	957,11%
Total	9 021 052,78 €	9 668 845,45 €	10 009 357,36 €	10,96%
RESULTADO	-88 856,76 €	-224 511,56 €	-810 003,28 €	811,58%

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Na análise da rubrica de prestação de serviços há desde logo duas notas prévias importantes a referir: a gratuitidade das creches que, a partir de 1 de setembro de 2022, passou a abranger todas as crianças nascidas desde 01/09/2021, independentemente do rendimento do agregado familiar; a alteração na contabilização das comparticipações da Segurança Social associadas à frequência das diferentes respostas sociais, que até 2022 foram refletidas na conta 75-Comparticipações e Subsídios e, a partir de 2023, passaram a estar refletidas na conta 72-Prestação de Serviços, de acordo com orientações da Comissão de Normalização Contabilística.

A gratuitidade alargada a todas as crianças teve um efeito imediato na redução da rubrica das comparticipações dos utentes de creche, já que a partir de setembro essa receita praticamente deixou de existir. Em contrapartida, uma vez que é o Estado que passa a participar na totalidade, verifica-se um crescimento da rubrica correspondente. No exercício de 2023 este efeito é ainda parcial, já que a gratuitidade total não abrange ainda algumas crianças (nascidas antes de 01/09/2021 e ainda na creche). No ano de 2024 o efeito será mais evidente.

Comparticipações de utentes

	Ex.2020	Ex. 2021	Ex.2022	Ex. 2023
Creches	540 199,82 €	466 152,96 €	506 482,86 €	330 740,02 €
Jardins de Infância	643 426,94 €	660 023,08 €	850 838,77 €	855 921,14 €
	1 183 626,76 €	1 126 176,04 €	1 357 321,63 €	1 186 661,16 €

Como se pode observar na tabela anterior, o montante das comparticipações de utentes de creche observa uma diminuição, como seria expectável. Por sua vez, na tabela seguinte, é possível constatar o crescimento das comparticipações da segurança social que é mais significativo no caso das creches pelo motivo já enunciado. De sublinhar também o crescimento das comparticipações no domínio dos jardins de infância.

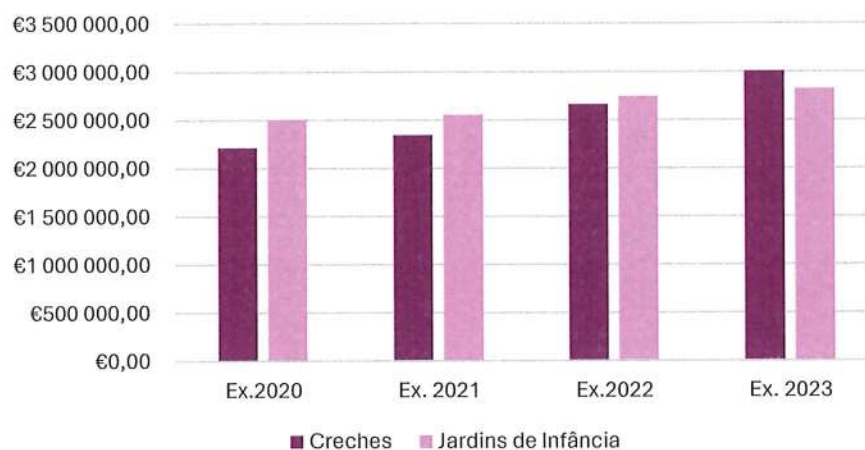
Comparticipações da Segurança Social

	Ex.2020	Ex. 2021	Ex.2022	Ex. 2023
Creches	1 681 397,03 €	1 881 733,13 €	2 157 594,42 €	2 676 137,25 €
Jardins de Infância	1 869 016,86 €	1 896 674,71 €	1 897 773,90 €	1 967 914,67 €
	3 550 413,89 €	3 778 407,84 €	4 055 368,32 €	4 644 051,92 €

Somando as duas comparticipações, utente e Segurança Social, verifica-se um crescimento continuado ao longo dos últimos anos:

Total de Comparticipações (Utente + SS)				
	Ex.2020	Ex. 2021	Ex.2022	Ex. 2023
Creches	2 221 596,85 €	2 347 886,09 €	2 664 077,28 €	3 006 877,27 €
Jardins de Infância	2 512 443,80 €	2 556 697,79 €	2 748 612,67 €	2 823 835,81 €
	4 734 040,65 €	4 904 583,88 €	5 412 689,95 €	5 830 713,08 €

Rendimentos - Infância



Uma particularidade interessante é observar o crescimento das receitas associadas à creche, em comparação com a evolução das receitas associadas aos jardins de infância, sendo que em 2023 as primeiras se tornaram superiores às segundas.

No âmbito dos serviços associados à terceira idade, constata-se que em 2023 as comparticipações pagas pelos utentes revelaram um crescimento nas três principais valências: centro de dia, lar residencial e apoio domiciliário.

Comparticipações de utentes

	Ex.2020	Ex. 2021	Ex.2022	Ex. 2023
Centros de Dia	218 028,01 €	202 609,28 €	376 031,78 €	432 033,22 €
Lares	748 581,11 €	770 088,41 €	786 394,90 €	847 228,11 €
Apoio Domiciliário	156 326,46 €	167 367,92 €	195 741,39 €	226 641,55 €
	1 122 935,58 €	1 140 065,61 €	1 358 168,07 €	1 505 902,88 €

No respeitante às comparticipações pagas pela Segurança Social, observa-se também um crescimento:

Comparticipações da Segurança Social

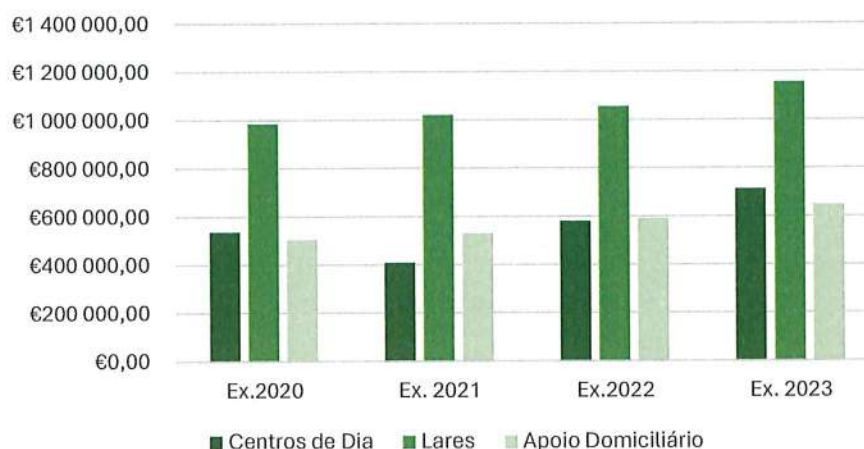
	Ex.2020	Ex. 2021	Ex.2022	Ex. 2023
Centros de Dia	320 841,65 €	207 941,85 €	205 558,79 €	282 124,44 €
Lares	238 395,58 €	252 346,90 €	270 704,74 €	309 725,27 €
Apoio Domiciliário	349 353,25 €	364 010,59 €	396 094,77 €	421 342,19 €
	908 590,48 €	824 299,34 €	872 358,30 €	1 013 191,90 €

Agregando as duas componentes e depois da quebra associada ao período da pandemia, observa-se um crescimento reiterado.

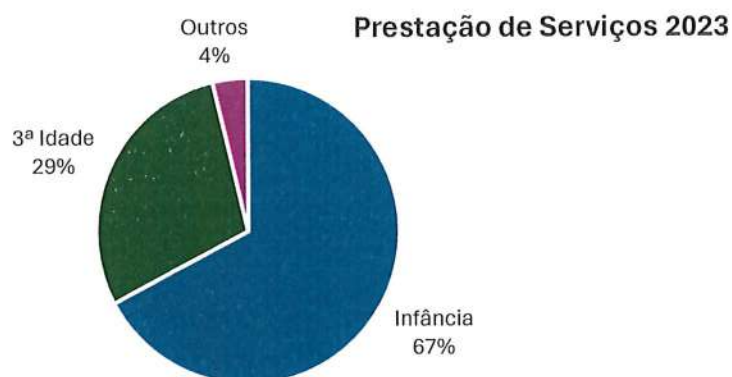
Total de Comparticipações (Utente + SS)

	Ex.2020	Ex. 2021	Ex.2022	Ex. 2023
Centros de Dia	538 869,66 €	410 551,13 €	581 590,57 €	714 157,66 €
Lares	986 976,69 €	1 022 435,31 €	1 057 099,64 €	1 156 953,38 €
Apoio Domiciliário	505 679,71 €	531 378,51 €	591 836,16 €	647 983,74 €
	2 031 526,06 €	1 964 364,95 €	2 230 526,37 €	2 519 094,78 €

Rendimentos - Terceira Idade



Em 2021 e 2022 as receitas associadas ao apoio domiciliário foram superiores às de centro de dia, invertendo-se a situação no exercício de 2023.



As receitas associadas à Infância continuam a representar a maior fatia dos ganhos da instituição, representando 67% do total da rubrica de prestação de serviços. A terceira idade, com os dois Lares, os centros de dia e serviço de apoio domiciliário, representam 29%, perfazendo em conjunto 96% do total desta rubrica.

VISÃO GLOBAL DAS RECEITAS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Receita - Prestação de Serviços	Ex. 2020	Ex. 2021	Ex.2022	Ex.2023
Comparticipações de utentes				
Creches	540 199,82 €	466 152,96 €	506 482,86 €	330 740,02 €
Jardins de Infância	643 426,94 €	660 023,08 €	850 838,77 €	855 921,14 €
	1 183 626,76 €	1 126 176,04 €	1 357 321,63 €	1 186 661,16 €
Centros de Dia	218 028,01 €	202 609,28 €	376 031,78 €	432 033,22 €
Lares	748 581,11 €	770 088,41 €	786 394,90 €	847 228,11 €
Apoio Domiciliário	156 326,46 €	167 367,92 €	195 741,39 €	226 641,55 €
	1 122 935,58 €	1 140 065,61 €	1 358 168,07 €	1 505 902,88 €
Outras	24 320,54 €	28 975,63 €	34 703,20 €	28 190,80 €
Quotizações	10 050,00 €	9 590,00 €	8 990,00 €	9 640,00 €
Subtotal	2 340 932,88 €	2 304 807,28 €	2 759 182,90 €	2 730 394,84 €
Comparticipações da Segurança Social				
Creches	1 681 397,03 €	1 881 733,13 €	2 157 594,42 €	2 676 137,25 €
Jardins de Infância	1 869 016,86 €	1 896 674,71 €	1 897 773,90 €	1 967 914,67 €
	3 550 413,89 €	3 778 407,84 €	4 055 368,32 €	4 644 051,92 €
Centros de Dia	320 841,65 €	207 941,85 €	205 558,79 €	282 124,44 €
Lares	238 395,58 €	252 346,90 €	270 704,74 €	309 725,27 €
Apoio Domiciliário	349 353,25 €	364 010,59 €	396 094,77 €	421 342,19 €
	908 590,48 €	824 299,34 €	872 358,30 €	1 013 191,90 €
Centro Comunitário	77 940,00 €	80 748,00 €	93 979,01 €	88 089,72 €
Intervenção Comunitária	130 131,48 €	134 816,16 €	155 526,80 €	147 073,92 €
Transporte de deficientes	34 908,12 €	36 271,05 €	40 615,35 €	39 453,76 €
Atividade de Tempos Livres	8 158,08 €	8 452,08 €	9 491,69 €	9 220,78 €
	251 137,68 €	260 287,29 €	299 612,85 €	283 838,18 €
Subtotal	4 710 142,05 €	4 862 994,47 €	5 227 339,47 €	5 941 082,00 €
Total Prestação de Serviços	7 051 074,93 €	7 167 801,75 €	7 986 522,37 €	8 671 476,84 €

COMPARTICIPAÇÕES & SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

As receitas inscritas na rubrica de comparticipações e subsídios à exploração observaram em 2023 um decréscimo de 32% face ao ano anterior, existindo diversas explicações, entre as quais:

- Conclusão de projetos/apoios em 2022 que já não têm contributo em 2023: o caso do Projeto 'Ativa-te', financiado pela Fundação Gulbenkian, ou os apoios do IAPMEI; o projeto 'Bué d'Escolhas - 8ª Geração' concluiu-se também em setembro de 2023, justificando o valor inferior deste exercício.
- RSI (Rendimento Social de Inserção): com a transferência de competências do estado central para os municípios neste âmbito, deixou a SCMM de receber esta verba
- O valor inscrito da rubrica da Câmara Municipal da Maia é sobretudo associado ao projeto Maia Inclui, em que a CMM e SCMM foram entidades parceiras. A conclusão do projeto justifica também a diminuição em 2023.

Receita - Subsídios à Exploração	Ex. 2021	Ex.2022	Ex.2023
Programa de Emergência Alimentar	41 927,50 €	41 842,50 €	50 484,00 €
Projeto Bué d'Escolhas	51 805,01 €	53 176,69 €	38 679,56 €
POAPMC	77 286,32 €	42 481,62 €	90 832,15 €
IEFP-Instituto Emprego Form. Prof.	386 015,23 €	119 753,61 €	112 410,39 €
RSI	104 256,98 €	104 910,96 €	28 685,39 €
Camara Municipal da Maia	273 988,31 €	596 802,46 €	310 074,16 €
Junta de Freguesia	4 100,00 €	3 600,00 €	5 692,43 €
Projeto CLS	58 168,95 €	64 518,71 €	34 147,10 €
Fundação Bancaria La Caixa	30 000,00 €	22 997,00 €	31 260,00 €
CLDS	205 249,85 €	237 468,32 €	207 515,57 €
Decathlon Corporate Foundation	0,00 €	0,00 €	8 030,00 €
IAPMEI	23 786,75 €	34 776,00 €	0,00 €
Projeto Ativa-se (Fund. Gulbenkian)	25 478,74 €	21 387,53 €	0,00 €
Seg. Social - Covid19	180 797,09 €	1 325,76 €	0,00 €
Outros	17 297,60 €	0,00 €	0,00 €
Total	1 480 158,33 €	1 345 041,16 €	917 810,75 €

Uma grande fatia das receitas desta rubrica diz respeito a reembolso de despesas já efetuadas, não representando assim um lucro para a instituição, mas apenas a compensação de rubricas de gastos.

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Os rendimentos da Santa Casa da Misericórdia da Maia estão essencialmente associados à rubrica de prestação de serviços e aos subsídios à exploração que, em conjunto, representam 96% do total de ganhos.

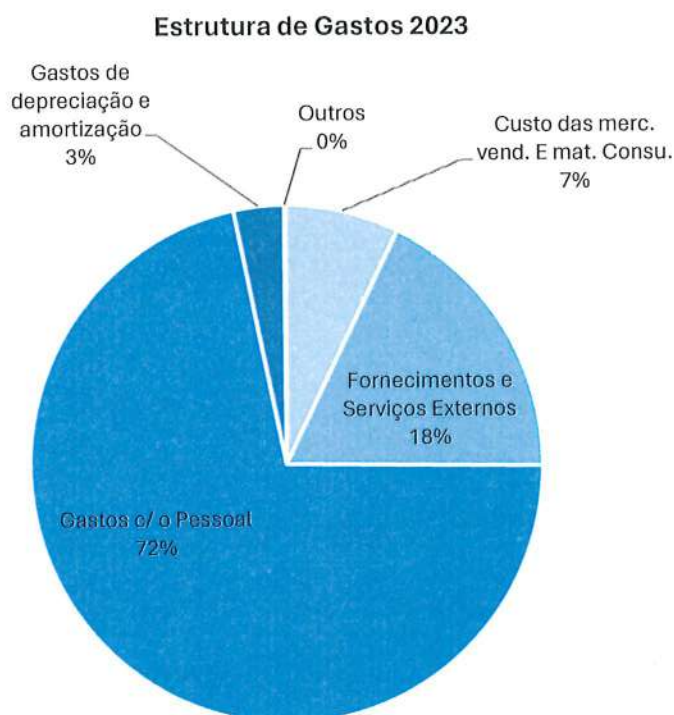
Em outros rendimentos e ganhos encontram-se registados montantes que, não estando diretamente relacionados com a atividade operacional, decorrem da mesma:

	Ex.2023	Ex. 2022
Rendimentos de imóveis	75 270,78 €	83 099,89 €
Donativos	43 754,84 €	43 739,75 €
Ofertas de Inventários	161 790,86 €	129 625,15 €
Reembolso IVA	68 775,79 €	40 423,03 €
Subsídios ao Investimento	22 102,80 €	21 370,44 €
Outros	40 434,87 €	18 272,57 €
	412 129,94 €	336 530,83 €

As ofertas de inventários dizem sobretudo respeito às ofertas de géneros alimentares de diferentes instituições. Os subsídios ao investimento são registados enquanto rendimentos, no decurso e na proporção das depreciações dos investimentos (ativos) respetivos.

OS GASTOS

No exercício de 2023 não se verificaram alterações significativas na estrutura de gastos da Misericórdia. Os gastos com pessoal reforçaram o seu peso relativo, significando 72% do total dos gastos do ano da Instituição. O desenvolvimento da sua missão, quer junto da população mais jovem, quer da população mais idosa, ou também de públicos mais frágeis, requer uma relevante utilização de recursos humanos. Por outro lado, a evolução generalizada de crescimento dos salários reforça o contributo desta rubrica para o total de gastos da Instituição.



Os fornecimentos e serviços externos e o custo das matérias consumidas, juntamente com os gastos com pessoal, constituem a quase totalidade dos custos, com 97%, sendo os restantes 3% respeitantes às depreciações dos ativos da Misericórdia. Significa isto que a totalidade dos gastos são diretamente associados à atividade operacional da Santa Casa, não havendo gastos de outra natureza.

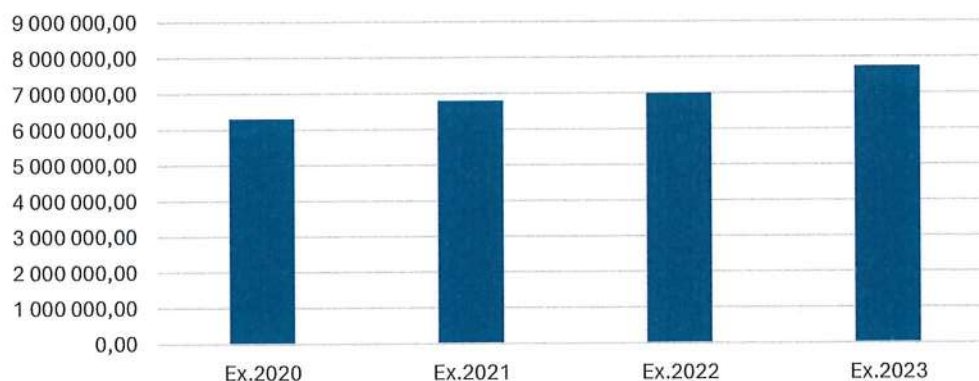
GASTOS COM PESSOAL

Representando quase três quartos do total dos custos, esta rubrica tem uma importância significativa no equilíbrio financeiro da Instituição. Uma pequena variação percentual ao nível dos salários, como o exemplo do aumento do salário mínimo, tem um impacto relevante no cômputo global. Como se pode observar na tabela seguinte, em 3 anos o total de encargos com pessoal cresceu 1,44 milhões de euros, muito por efeito do aumento de salários (e não do crescimento do número de trabalhadores) decorrente do crescimento do salário mínimo, mas também das progressões nas carreiras.

Gastos com Pessoal	Ex.2020	Ex.2021	Ex.2022	Ex.2023
Remunerações	5 102 583,74 €	5 526 727,93 €	5 627 782,80 €	6 202 514,74 €
Encargos Sociais	1 068 834,35 €	1 137 349,86 €	1 225 205,54 €	1 353 334,96 €
Outros Gastos com Pessoal	133 771,32 €	139 749,92 €	144 640,34 €	191 548,62 €
TOTAL	6 305 189,41	6 803 827,71	6 997 628,68	7 747 398,32

Só em 2023, os gastos com pessoal apresentaram um crescimento de 11% face ao ano anterior, significando um acréscimo de gastos de quase 750 mil euros. Torna-se, portanto, importante que exista um crescimento do lado das receitas, no sentido de garantir o equilíbrio económico da Misericórdia.

Gastos com Pessoal



CUSTO DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Esta rubrica inclui os gastos com a aquisição de matérias essenciais ao desenvolvimento da atividade quotidiana, destacando-se os gastos com géneros alimentares e os produtos de limpeza e desinfeção, que conjuntamente representam 90% do total desta rubrica.



Géneros Alimentares

Ex.2020	Ex.2021	Ex.2022	Ex.2023
547 677,53 €	547 084,82 €	590 363,74 €	570 600,30 €



Material Clínico & Geriátrico

Ex.2020	Ex.2021	Ex.2022	Ex.2023
39 114,09 €	49 658,71 €	47 624,08 €	45 237,22 €



Material de Limpeza e Desinfeção

Ex.2020	Ex.2021	Ex.2022	Ex.2023
152 954,62 €	129 603,09 €	119 428,67 €	130 958,65 €



Material hoteleiro

Ex.2020	Ex.2021	Ex.2022	Ex.2023
6 165,21 €	1 459,46 €	4 256,15 €	1 076,92 €



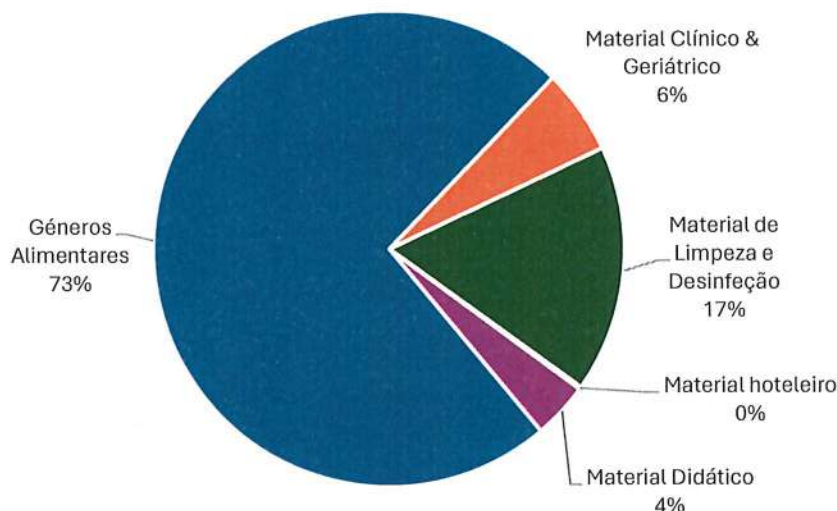
Material Didático

Ex.2020	Ex.2021	Ex.2022	Ex.2023
21 599,09 €	20 869,92 €	25 708,52 €	29 935,32 €

Os gastos com géneros alimentares revelam um decréscimo, influenciado pelo crescente recurso ao fornecimento de refeições por empresa externa, em alternativa à confeção de refeições. Nas restantes rubricas, os montantes verificados em 2023 distribuem-se de forma semelhante ao observado nos anos anteriores, com um crescimento mais relevante na componente dos produtos de limpeza.

Agregando as rubricas, podemos observar os totais anuais, constatando-se um decréscimo do seu total, de 1,22% face ao ano anterior:

	Ex.2020	Ex.2021	Ex.2022	Ex.2023
Géneros Alimentares	547 677,53 €	547 084,82 €	590 363,74 €	570 600,30 €
Material Clínico & Geriátrico	39 114,09 €	49 658,71 €	47 624,08 €	45 237,22 €
Material de Limpeza e Desinfeção	152 954,62 €	129 603,09 €	119 428,67 €	130 958,65 €
Material hoteleiro	6 165,21 €	1 459,46 €	4 256,15 €	1 076,92 €
Material Didático	21 599,09 €	20 869,92 €	25 708,52 €	29 935,32 €
	767 510,54 €	748 676,00 €	787 381,16 €	777 808,41 €



Como se conclui do gráfico anterior, os géneros alimentares significaram, no exercício de 2023, 73% do total desta rubrica. Seguiram-se os gastos com material de limpeza e desinfeção com 17%, o material clínico e geriátrico com 6% e por fim o material didático com 4%. Os gastos com o designado material hoteleiro, para as cantinas das diversas respostas sociais, não têm grande expressão.

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Representando, no exercício de 2023, 18% do total dos gastos anuais, os fornecimentos e serviços externos classificaram-se, de acordo com a sua natureza, de forma semelhantes aos anos anteriores. A tabela seguinte ilustra detalhadamente os montantes efetivados:

Fornecimentos e Serviços Externos	Ex.2020	Ex.2021	Ex.2022	Ex.2023
Subcontratos/Expl. Refeitórios	98 357,98 €	144 678,12 €	249 434,10 €	596 338,58 €
Subcontratos/Serv. Apoio Lar	50 014,25 €	50 055,38 €	53 574,67 €	75 068,08 €
Trabalhos Especializados	51 314,68 €	44 815,67 €	36 188,58 €	46 183,40 €
Vigilância e Segurança	15 624,04 €	18 160,82 €	11 510,21 €	16 246,55 €
Honorários	29 437,69 €	33 385,61 €	46 861,17 €	30 529,24 €
Conservação e Reparação	216 683,82 €	217 761,39 €	219 820,41 €	221 016,51 €
Encargos c/ Utentes	172 901,78 €	76 718,16 €	287 678,53 €	284 531,39 €
Elettricidade	156 146,33 €	161 114,44 €	214 598,23 €	149 001,37 €
Combustíveis	30 383,07 €	36 772,39 €	60 452,98 €	53 025,60 €
Água	48 496,15 €	42 131,91 €	42 028,50 €	43 205,73 €
Gás	114 365,23 €	113 861,13 €	151 332,21 €	141 089,23 €
Rendas e Alugueres	28 733,35 €	41 409,48 €	73 633,63 €	86 647,96 €
Comunicação	39 071,78 €	37 896,61 €	37 975,59 €	36 272,20 €
Seguros	35 211,77 €	40 238,36 €	41 246,18 €	40 231,11 €
Limpeza, Higiene e Conforto	37 499,71 €	41 249,84 €	30 138,27 €	30 708,10 €
Material de Escritório	29 755,67 €	30 957,16 €	38 857,39 €	24 500,15 €
Ferramentas e utensílios	20 366,30 €	15 934,96 €	42 451,70 €	45 695,68 €
Materiais ativ. pedagógicas	1 826,14 €	5 760,49 €	49 203,49 €	5 688,84 €
Outros	35 794,06 €	29 562,66 €	45 417,04 €	16 003,31 €
TOTAL	1 211 983,80 €	1 182 464,58 €	1 732 402,88 €	1 941 983,03 €

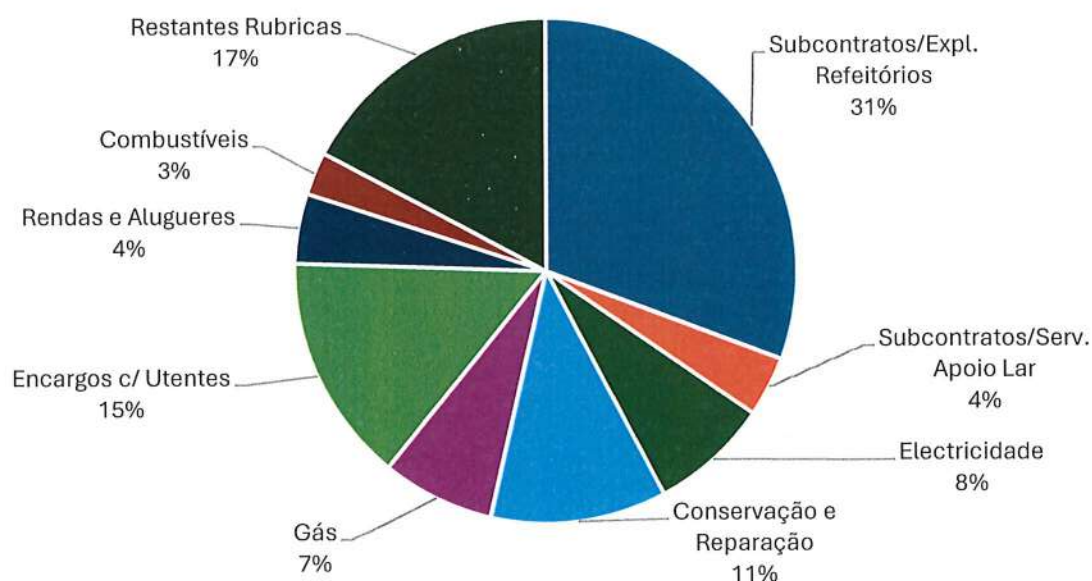
Importa salientar o efeito da conjuntura económica na justificação de algumas oscilações, designadamente o efeito da pandemia no ano de 2020 e 2021, assim como os efeitos da inflação em 2022 e 2023.

Observa-se um crescimento relevante na rubrica de subcontratos associados ao fornecimento de refeições, que se justifica pela contratação de mais serviços no ano de 2023. Também o montante gasto em serviços externos de geriatria observou um incremento.

A rubrica de conservação e reparação apresenta um montante em tudo semelhante aos dos anos anteriores, significando 11% do total dos fornecimentos e serviços externos. O valor relevante justifica-se pelo vasto património da Santa Casa da Misericórdia que requer naturais intervenções de reparação e manutenção.

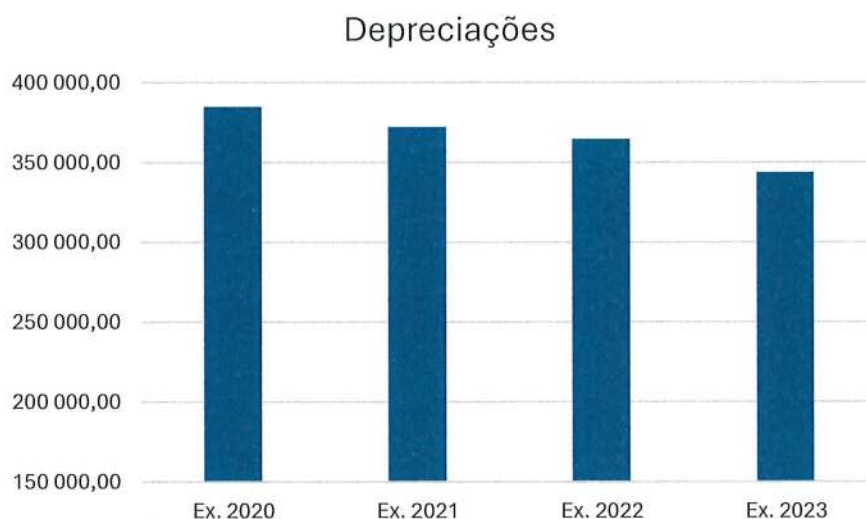
A rubrica de encargos com utentes apresenta valores relevantes em 2022 e 2023, que estão em grande parte associados aos gastos com os projetos MAIA INLCUI, CLDS CAPACITAR+ e CLDS INCLUIR+.

Em compensação, verificaram-se decréscimos nas rubricas de eletricidade e combustíveis, que encontram explicação na descida de preços e na estabilização dos mercados, depois de um ano 2022 caracterizado por grande volatilidade em consequência dos conflitos militares mundiais.



DEPRECIAÇÕES

As depreciações são a contabilização do natural desgaste dos ativos da Instituição. Não sendo um fluxo monetário, representam o valor económico da reposição dos bens imobilizados (edifícios, equipamentos, viaturas, etc.). A sua diminuição nos últimos anos explica-se com a conclusão total da depreciação de diversos bens, podendo indicar uma crescente necessidade de reposição de equipamentos.



OUTROS GASTOS E PERDAS

Não obstante a sua dimensão, a diversidade de locais e de ações, a operação da Santa Casa da Misericórdia da Maia não revela gastos fora do âmbito da sua missão. Por esse motivo, as rubricas de outros gastos e perdas não apresentam valores materialmente relevantes, à semelhança dos anos anteriores.

BALANÇO

A 31 de dezembro de 2023, a situação patrimonial da Santa Casa da Misericórdia da Maia espelha uma posição em tudo idêntica à do ano transato, com o mesmo rácio de autonomia financeira e de grau de dependência face a terceiros. Não obstante o prejuízo do presente exercício, o ativo total, o passivo total e os capitais próprios variaram na mesma proporção, mantendo-se o equilíbrio. O trabalho desenvolvido ao longo de décadas, assente num crescimento sustentado e na solidificação da sua estrutura, permite enfrentar períodos mais difíceis como é o momento atual.

RÁCIOS FINANCEIROS		
	Ano 2022	Ano 2023
Autonomia Financeira	0,82	0,82
Grau Dependência	0,18	0,18
Solvabilidade	4,60	4,59

O valor do ativo reduziu-se em 3,35% mas o facto de o passivo ter observado um decréscimo semelhante, permitiu a manutenção do equilíbrio financeiro. A Misericórdia da Maia não tem necessidade de recorrer a financiamentos de outras entidades, sendo capaz de gerar receitas suficientes para cumprir com os seus compromissos. De igual forma, no seu passivo, encontram-se apenas montantes correntes de curto prazo.

SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO

A Santa Casa da Misericórdia da Maia é beneficiária de subsídios de duas naturezas diferentes: subsídios à exploração e subsídios ao investimento. Os primeiros estão associados à comparticipação de despesas correntes e são considerados rendimento do exercício, já que a despesa correspondente é realizada totalmente naquele determinado momento. Os projetos financiados são o melhor exemplo de um subsídio à exploração.

Já os subsídios ao investimento dizem respeito à aquisição ou construção de ativos que perduram no tempo e, por essa razão, os apoios correspondentes são inscritos no Balanço da Instituição e são reconhecidos ao longo de diversos exercícios, de forma proporcional e à medida que se reconhecem as depreciações desses ativos.

Neste âmbito, a Santa Casa apresenta no seu balanço os seguintes subsídios ao investimento:

Subsídios ao Investimento	
PARES Casa Milheirós	209 281,54 €
PARES Creche Santa Luzia	168 054,57 €
PARES CD Gemunde	49 560,00 €
PARES Infantário Águas Santas	292 592,00 €
Câmara Municipal Maia	176 169,33 €
PRR Mobilidade Verde	25 000,00 €
CLDS Teibas	6 121,49 €
Outros	285 832,66 €
Total	1 212 611,59 €

Na rubrica associada à Câmara Municipal da Maia está inscrito o valor de 176 169,33€, correspondente a apoios daquela entidade para as construções do infantário de Águas Santas e Creche de Folgosa.

CONCLUSÃO & EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ATIVIDADE

A difícil conjuntura social, política e económica, quer nacional, quer internacional tem sido visível nos resultados económicos da Santa Casa da Misericórdia da Maia. Sem alterações de relevo na sua dinâmica interna, são inequivocamente os fatores externos ao controlo da instituição que estão a causar o atual desequilíbrio e os consequentes resultados negativos. Contudo, a estrutura coesa e sólida, resultado de anos de rigor e de gestão criteriosa tem permitido a continuidade da atividade da instituição sem sobressaltos de maior.

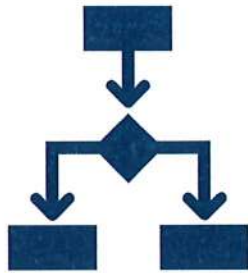
DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E AO CENTRO REGIONAL DA SEGURANÇA SOCIAL

A Santa Casa da Misericórdia da Maia não tem qualquer dívida à Administração Fiscal nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido do exercício, negativo, no valor de -810.003,28 Euros será transferido para a conta de Resultados Transitados.





BALANÇO & DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

[página em branco]



Entidade: SANTA CASA DA MISERICORDIA DA MAIA

NIF 501217851

UNIDADE MONETÁRIA (1)

BALANÇO (modelo geral)

EUR Fator:

1

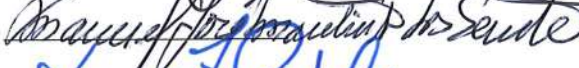
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

RUBRICAS	NOTAS	DATAS			
		31 DEZ	EX 2023	31 DEZ	EX 2022
ATIVO					
Ativo não corrente					
Ativos fixos tangíveis	5.2/6/7		8 547 517,04		8 320 167,32
Bens do património histórico e cultural			0,00		0,00
Ativos intangíveis			0,00		0,00
Investimentos financeiros	3.1		54 205,63		57 303,55
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			0,00		0,00
Outros créditos e ativos não correntes			0,00		0,00
			8 601 722,67		8 377 470,87
Ativo corrente					
Inventários	8		24 781,02		32 349,00
Clientes	14		15 801,28		16 109,32
Estado e outros entes públicos			0,00		0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			0,00		0,00
Outros créditos a receber	21.1		864 593,18		942 062,34
Diferimentos	16		17 597,52		17 201,73
Caixa e depósitos bancários	4.1/4.2		2 259 928,56		2 782 322,50
			3 182 701,56		3 790 044,89
Total do ativo			11 784 424,23		12 167 515,76
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO					
Fundos Patrimoniais					
Fundos	17		3 289 089,85		3 289 089,85
Reservas			0,00		0,00
Resultados transitados	18		5 604 925,02		5 829 436,58
Excedentes de revalorização			0,00		0,00
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	19		1 571 607,49		1 099 948,96
Resultado líquido do período	24		-810 003,28		-224 511,56
			0,00		0,00
Total do capital próprio			9 655 619,08		9 983 963,83
Passivo					
Passivo não corrente					
Provisões			0,00		8 000,00
Financiamentos obtidos			0,00		0,00
Outras dívidas a pagar			0,00		0,00
			0,00		8 000,00
Passivo corrente					
Fornecedores	20		179 282,02		149 139,60
Estado e outros entes públicos	15		335 338,16		318 002,50
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			0,00		0,00
Financiamentos obtidos			0,00		0,00
Diferimentos	16		247 597,73		673 771,60
Outros passivos correntes	21.2		1 366 587,24		1 024 638,23
			2 128 805,15		2 165 551,93
Total do passivo			2 128 805,15		2 173 551,93
Total do capital próprio e do passivo			11 784 424,23		12 167 515,76

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

A Mesa Regedora

Provedora 
Vice - Provedor 
Secretário 
Tesoureiro 

Mesária 
Mesário 
Mesário 
Contabilista Certificado 

[página em branco]



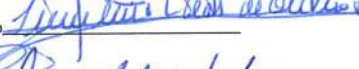
Entidade: SANTA CASA DA MISERICORDIA DA MAIA

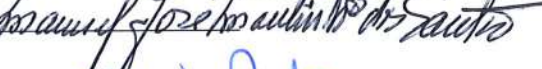
NIF 501217851

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DOS RESULTADOS POR NATUREZAS		UNIDADE MONETÁRIA(1)	
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		EUR	Factor:
		1	
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		EX 2023	EX 2022
Vendas e serviços prestados	13.2	8 671 476,84	7 986 522,37
Subsídios, doações e legados à exploração	9	917 810,75	1 345 041,16
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-777 808,41	-787 381,16
Fornecimentos e serviços externos	12	-1 941 983,03	-1 732 402,88
Gastos com o pessoal	11	-7 747 398,32	-6 997 628,68
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	10	0,00	-8 000,00
Outras imparidade (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	23	412 129,94	336 530,83
Outros gastos	22	-8 247,81	-3 201,85
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-474 020,04	139 479,79
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5.2/5.3	-343 923,07	-364 742,44
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-817 943,11	-225 262,65
Juros e rendimentos similares obtidos	23	7 939,83	751,09
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		-810 003,28	-224 511,56
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-810 003,28	-224 511,56
RESUMO:			
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)		-474 020,04	139 479,79
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-817 943,11	-225 262,65
Resultado antes de impostos		-810 003,28	-224 511,56
Resultado líquido do período		-810 003,28	-224 511,56

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de €

A Mesa Regedora

Provedora 
Vice-Provedor 
Secretário 
Tesooureiro 

Mesária 
Mesário 
Mesário 
Contabilista Certificado 

[página em branco]





ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(Montantes expressos em Euros)

ÍNDICE

1. Identificação da Entidade	53
Exercício de 2023 Introdução.....	53
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	53
2.1 Enquadramento	53
2.2 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL — divulgação transitória.....	53
3. Principais Políticas Contabilísticas.....	54
3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das Demonstrações Financeiras ..	54
3.2 Outras Políticas Contabilísticas relevantes	57
4. Fluxos de caixa	57
4.1 Comentário sobre os saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso	57
4.2 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários...	57
5. Ativos Fixos Tangíveis	58
5.1 Divulgações Gerais	58
5.2 Valorização das várias classes.....	58
5.3 Ativos Fixos Tangíveis - Depreciação reconhecida nos resultados	59
5.4 Ativos Fixos Tangíveis - Depreciação acumulada no final do período	59
6. Propriedades de Investimento:.....	59
7. Investimentos em Curso	59
8. Custo Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	59
9. Subsídios do Governo e Apoios do Governo	60
10. Provisões	61
11. Gastos com Pessoal.....	61
11.1 Valores gastos.....	61
11.2 Pessoal ao Serviço da Instituição	62
11.3 Número Médio de Utentes	67
12. Fornecimentos e Serviços Externos	68
13. Rédito.....	69
13.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito	69
13.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período	69
13.3 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período	69
14. Utentes.....	70

15.	Estado e Outros Entes Públicos	70
16.	Diferimentos	71
17.	Fundos Patrimoniais.....	72
17.1	Fundo Social.....	72
18.	Resultados Transitados	72
19.	Outras Variações no Capital Próprio.....	72
19.1	Subsídios.....	72
20.	Fornecedores.....	73
21.	Outras Contas a Pagar e a Receber	73
21.1	Outros Devedores	73
21.2	Outros Credores.....	73
22.	Juros e Gastos financeiros suportados/ Outros Gastos e Perdas	74
23.	Juros e Ganhos financeiros obtidos / Outros Rendimentos e Ganhos	75
24.	Resultado líquido do período	75
25.	Outras divulgações exigidas por diploma legal	76
	Dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos	76
26.	Principais acontecimentos ocorridos após o termo do Exercício	76
27.	Aprovação das Demonstrações Financeiras	76

1. Identificação da Entidade

Exercício de 2023 | Introdução

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Maia, também designada Santa Casa da Misericórdia da Maia, ou simplesmente Misericórdia da Maia, é uma associação de fiéis, constituída na ordem jurídica canónica em 1954, com sede na Avenida Visconde Barreiros, na Freguesia da Cidade da Maia, Concelho da Maia, e que tem como objetivo satisfazer carências sociais e a prática de atos de culto católico.

A atividade da Instituição desenvolve-se nas seguintes áreas estratégicas:

- Assuntos sociais e de apoio social;
- Ensino e formação profissional;
- Cultura e culto;
- Bem-estar e ambiente;
- Gestão do património.

As receitas mais significativas são obtidas das áreas de apoio social bem como as resultantes de donativos.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Enquadramento

As demonstrações financeiras do exercício findo a 31 de dezembro de 2023 foram preparadas, em todos os seus aspetos materiais, em conformidade com as disposições do SNC-ESNL.

2.2 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL — divulgação transitória

Durante o exercício de 2012 a Santa Casa da Misericórdia da Maia passou a utilizar o SNC-ESNL tendo reexpresso as demonstrações financeiras para o exercício findo a 31 de dezembro de 2011 para este normativo para efeitos de comparabilidade.

Na sequência da transição, os subsídios ao investimento, reconhecidos como proveitos diferidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, anteriormente em vigor, passaram a ser reconhecidos numa rubrica de Capital Próprio.

3. Principais Políticas Contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das Demonstrações Financeiras

a) **Ativos Fixos Tangíveis:**

Os bens dos ativos fixos, recebidos por herança, doação ou adquiridos até 1 de janeiro de 1990, encontram-se registados pelo valor de uma avaliação interna, cujo impacto nos capitais próprios foi de, aproximadamente, 2.566.814 euros. Os ativos fixos tangíveis adquiridos após essa data estão contabilizados pelo respetivo custo histórico.

As depreciações do ativo fixo, adquirido, doado ou herdado a partir de 1 de janeiro de 1990 e até 31 de dezembro de 2011, foram calculadas pelo método das quotas constantes, definido no Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de janeiro.

Os elementos patrimoniais são sujeitos a depreciação correspondente à quota anual no exercício em que entram em funcionamento, independentemente do mês em que ocorre a sua aquisição.

Os ativos adquiridos após 1 de janeiro de 2012 são depreciados de acordo com o método das quotas constantes, tal como definido, no Decreto Regulamentar n.º 25/2009 de 14 de setembro.

b) **Investimentos Financeiros:**

As participações de capital, quotas sociais, ações e outras aplicações financeiras encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzidas das perdas de imparidade para que o valor contabilístico, ou seja, o valor nominal se aproxime do valor de mercado.

c) **Propriedades de Investimento:**

A Misericórdia da Maia, derogou a NCRF-ESNL aplicando supletivamente o Sistema de Normalização Contabilístico relativamente à norma das propriedades de investimento, por ser entendimento de que desta forma as demonstrações financeiras apresentam de melhor forma a imagem da entidade e das suas operações. Foi aplicado o modelo do custo na mensuração inicial, e, nas mensurações subsequentes o mesmo modelo.

As depreciações destes ativos são calculadas segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas máximas, definidas no Decreto

Regulamentar n.º 2/90 de 12 de janeiro para propriedades de investimento adquiridas entre 1 de janeiro de 1989 e 31 de dezembro de 2011, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

Para as aquisições posteriores as taxas de depreciação utilizadas são as constantes, no Decreto Regulamentar n.º 25/2009 de 14 de setembro.

O justo valor das propriedades de investimento não é aqui divulgado por não se ter ainda promovido a avaliação dos imóveis da Misericórdia da Maia.

d) Subsídios do Governo:

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Santa Casa da Misericórdia da Maia irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

O benefício resultante de um financiamento do Governo (ou equivalente) a uma taxa de juro inferior ao mercado é tratado como um subsídio do Governo, sendo mensurado como a diferença entre o montante recebido e o justo valor do empréstimo determinado tendo por base as taxas de juro de mercado.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício, de forma consistente e proporcional com as depreciações dos ativos cuja aquisição se destinaram.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

e) Especialização dos exercícios:

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações são faturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem com as despesas e receitas que já

ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

f) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a Santa Casa da Misericórdia da Maia tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

g) Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Santa Casa da Misericórdia da Maia e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.2 Outras Políticas Contabilísticas relevantes

Não existem outras políticas contabilísticas a destacar.

4. Fluxos de caixa

4.1 Comentário sobre os saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

O valor de 656.927,16 euros do saldo de caixa e seus equivalentes, à data de 31/12/2023, encontra-se totalmente disponível para uso, está integralmente constituído sob a forma de caixa e depósito bancário à ordem.

O valor de 1.603.001,40 euros não se encontra totalmente disponível para uso dado que se encontra sob a forma de depósitos a prazo.

4.2 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2023, a rubrica de disponibilidades decompunha-se como se segue:

	Ex. 2022	Ex. 2023
Caixa	1 821,71 €	3 012,55 €
Depósitos à ordem	564 700,83 €	653 914,61 €
Outros depósitos bancários	2 215 799,96 €	1 603 001,40 €
Total	2 782 322,50 €	2 259 928,56 €

5. Ativos Fixos Tangíveis

5.1 Divulgações Gerais

A mensuração inicial dos ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 1990 baseou-se numa avaliação interna, cujo impacto nos capitais próprios foi de, aproximadamente, 2.566.814 euros. A mensuração subsequente baseou-se no modelo do custo de aquisição.

As depreciações do ativo fixo, adquirido, doado ou herdado a partir de 1 de janeiro de 1990 e até 31 de dezembro de 2011, foram calculadas pelo método das quotas constantes, definidos no Decreto Regulamentar nº 2/90, de 12 de janeiro. As depreciações dos ativos fixos adquiridos posteriormente a 31 de dezembro de 2011 foram calculadas pelo método das quotas constantes de acordo com o Decreto Regulamentar nº 25/2009 de 14 de setembro

Os elementos patrimoniais são sujeitos a depreciação correspondente à quota anual no exercício em que entram em funcionamento, independentemente do mês em que ocorre a sua aquisição.

5.2 Valorização das várias classes

Classe de ativos \ Valores apurados		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equip. Básico	Equip. de transporte	Equip. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Início do período	Valor bruto escriturado	542 520,94 €	14 411 758,20 €	1 688 690,23 €	1 114 620,74 €	750 297,47 €	236 728,48 €	18 744 616,06 €
	Deprec. Acumul. + Perdas p/ imp.	- €	7 048 071,91 €	1 586 685,39 €	1 036 482,40 €	722 657,93 €	230 044,86 €	10 623 942,49 €
	Aquisições		18 482,99 €	45 512,31 €		25 389,14 €	1 214,01 €	90 598,45 €
	Alienações/Abate				91 050,00 €			91 050,00 €
Período	Depreciação do período		259 677,84 €	35 269,70 €	26 046,12 €	19 933,73 €	2 995,68 €	343 923,07 €
	Outras alterações - depreciações		- €					- €
Fim do período	Valor bruto escriturado	542 520,94 €	14 430 241,19 €	1 734 202,54 €	1 023 570,74 €	775 686,61 €	237 942,49 €	18 744 164,51 €
	Deprec. Acumul. + Perdas p/ imp.	- €	7 307 749,75 €	1 621 955,09 €	971 478,52 €	742 591,66 €	233 040,54 €	10 876 815,56 €
	Total	542 520,94 €	7 122 491,44 €	112 247,45 €	52 092,22 €	33 094,95 €	4 901,95 €	7 867 348,95 €

5.3 Ativos Fixos Tangíveis - Depreciação reconhecida nos resultados

Foi reconhecido nos resultados um valor de depreciações de 343.923,07€ (trezentos e quarenta e três mil, novecentos e vinte e três euros e sete centimos), respeitantes a ativos fixos tangíveis.

5.4 Ativos Fixos Tangíveis - Depreciação acumulada no final do período

No final do período, as depreciações acumuladas de ativos fixos tangíveis ascenderam a 10.876.815,56€ (dez milhões, oitocentos e setenta e seis mil, oitocentos e quinze euros e cinquenta e seis centimos).

6. Propriedades de Investimento:

Em 31 de dezembro de 2016 as propriedades de investimento foram reclassificadas e consideradas em ativos fixos tangíveis, de acordo com o normativo contabilístico.

7. Investimentos em Curso

Em 31 de dezembro de 2023 o valor dos investimentos em curso é de 680.168,09€ (seiscentos e oitenta mil, cento e sessenta e oito euros e nove centimos), relativos a encargos com as obras no Lar Vieira de Carvalho, Palacete do Lage, Creche de Águas Santas II, Creche de V.N. da Telha e Centro de dia de Gemunde.

8. Custo Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

Em 31 de dezembro de 2023 o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas, decompunha-se como se segue:

	Ex. 2022	Ex. 2023
Existência Inicial	33 193,37 €	32 349,00 €
Compras	786 536,79 €	770 240,43 €
Reclassificação e Regulariz:	- €	- €
Inventário Final	32 349,00 €	24 781,02 €
Total	787 381,16 €	777 808,41 €

9. Subsídios do Governo e Apoios do Governo

Nesta rubrica estão incluídos os valores recebidos de todas as entidades que concedem subsídios/comparticipações à SCMM.

As participações do Centro Regional de Segurança Social do Porto, estão relacionadas com os vários serviços prestados à comunidade pela Instituição e são definidas de acordo com o número de utentes dos serviços participados por esta entidade.

Existem, também, outros apoios, nomeadamente apoio à família, apoio da CMM e autarquia e subsídios atribuídos para fazer face a gastos já suportados pela SCMM, como são os relativos aos projetos, de que são exemplo os CLDS (Capacitar +, Incluir +), Maia Incluir e Bué d'Escolhas

	Ex. 2022	Ex. 2023
Infância e Juventude	- €	- €
Família e Comunidade	- €	- €
Terceira Idade	- €	- €
Programa Emergência Alimentar	41 842,50 €	50 484,00 €
IEFP	119 753,61 €	112 410,39 €
Projecto Escolhas	53 176,69 €	38 679,56 €
CLDS	237 468,32 €	207 515,57 €
R S I	104 910,96 €	28 685,39 €
POAPMC	42 481,62 €	90 832,15 €
Segurança social - covid 19	1 325,76 €	- €
Câmara Municipal da Maia	596 802,46 €	310 074,16 €
Junta de Freguesia	3 600,00 €	5 692,43 €
Ministério Admin Interna - CLS	64 518,71 €	34 147,10 €
Fundação Calouste Gulbenkian	21 387,53 €	- €
IAPMEI	34 776,00 €	- €
Fundação La Caixa - Incorpora	22 997,00 €	31 260,00 €
Decathlon Corporate Foundation	- €	8 030,00 €
Total	1 345 041,16 €	917 810,75 €

10. Provisões

O exercício de 2023 iniciou-se e concluiu-se sem que se verifique a existência de qualquer provisão.

11. Gastos com Pessoal

11.1 Valores gastos

O valor total desta rubrica totaliza 7.747.398,32€, repartido da seguinte forma:

	Ex. 2022	Ex. 2023
Remunerações Certas	5 391 922,33 €	5 963 031,30 €
Remunerações Adicionais	235 860,47 €	239 483,44 €
Indemnizações	32 699,77 €	67 810,26 €
Encargos s/remunerações	1 225 205,54 €	1 353 334,96 €
Seguro Ac Trabalho	93 627,57 €	100 523,64 €
Outros gastos	18 313,00 €	23 214,72 €
Total	6 997 628,68 €	7 747 398,32 €

11.2 Pessoal ao Serviço da Instituição

<u>Sede</u>	Nº de Funcionários
Categoria	2023
Assistentes Administrativos	5+1*
Consultor Jurídico	1
Motorista	2
Ajudante Motorista	1
Técnico Superior	2
* Tempo Parcial	

<u>PROJECTO ESCOLHAS (RE) CRIAR</u>	Nº de Funcionários
Categoria	2023
Coordenadora Técnica	1
Psicóloga	1
Técnica Superior	1

Infância e Juventude:

INFANTÁRIOS	Educadora de Infância	Ajud. Acção Educativa	Cozinheira	Ajudante de Cozinha	Roupeira	Serviços Gerais	Assist. Administrativo	Motorista	Monitor
Centro de Anim. Inf. Vermoim	7	10	0	1	0	3	1	1*	1
Infantário da Guarda	5	9	1	1	-	2	-	-	-
Infantário de Gondim	4	5	1	1	-	1	-	-	-
Infantário de Nogueira	6	9	1	1	-	2	-	-	-
Infantário de Catassol	5	9	1	1	1	2	-	-	-
Infantário de S. Pedro Fins	4	8	1	1	-	2	-	-	-
Infantário de Crestins	5	9	1	1	-	2	-	-	-
Infantário de Pedrouços	5	9	1	1	-	2	-	-	-
Infantário de Águas Santas	5	9	1	1	-	2	-	-	-
Infantário de St M ^a de Avioso	6	9	1	1	-	2	1	-	-
Infantário de Águas Santas II	4	9	1	1	-	2	-	-	-
Infantário de Milheirós	5	9	1	1	-	2	-	-	-
Creche St. Luzia	4	8	1	1	-	2	-	-	-
Creche de Folgosa	2	5	-	-	-	1	-	-	-

* Tempo parcial

TERCEIRA IDADE	Educadora Social	Gerontólogo	Técnica Superior Serviço Social	Animador Cultural	Ajudante Lar / Centro Dia	Aj. Familiar	Roupeira	Cozinha	Aj. Cozinha	Motorista	Serviços Gerais	Psicomotricista	Assist. Administrativo
Centro Social de Milheirós	1	-	1*	1	11	6	-	-	2	1	4	-	1
Centro de Dia de Pedrouços	1	-	-	-	1	-	-	-	-	1	1	-	-
Centro Social da Guarda	-	-	1	-	1	-	-	-	-	1	1	-	-
Lar Prof. José Vieira de Carvalho	-	1	1	1	26**	10	5	-	2	1	5	1	1+1*
Centro Dia Silva Escura	1	-	-	-	1	-	-	1	-	-	1	-	-
Centro de Dia Sta M. Avioso	1	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Centro de Dia de Barca	1	-	1	-	3	-	-	-	-	2	1	-	-

* Tempo Parcial

**1 Ajudante de lar a tempo parcial

Equipa de Intervenção Comunitária:

Categoria	Nº de Funcionários
Técnica Superior Serviço Social	1
Sociólogo	2
Animador Cultural	2
Monitor	3
Assistente Administrativa	2
Cozinheira	1
Aj. Cozinha	2
Serviços Gerais	4
Aj. Familiar / Domicil.	4
Psicólogo	1
Roupeira	1

SERVIÇO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL (SAAS)

Categoria	Nº de Funcionários
Téc. Superior Serviço Social	1
Educadora Social	2
Psicóloga	1
Aj. Acção Directa	2

POAPMC

Categoria	Nº de Funcionários
Educadora Social	1
Empregado de Armazém	2

PROGRAMA INCORPORA

Categoria	Nº de Funcionários
Técnica Superior	1

CLSM

Categoria	Nº de Funcionários
Técnico Superior	1
Ajudante de Ação Direta	1
Trabalhador Auxiliar Serviços Gerais	1

MAIA MELHOR

Categoria	Nº de Funcionários
Educadora Social	2
Técnico Superior de Intervenção Social	2
Animador Sociocultural	1
Ajudante Ação Direta	1

11.3 Número Médio de Utentes

INFÂNCIA / JUVENTUDE

INFÂNCIA / JUVENTUDE	N.º Médio de Utentes-2023	N.º Médio de Utentes-2022
Centro Animação Infância de Vermoim	136	140
Infantário da Guarda	100	104
Infantário de Gondim	61	70
Infantário de Nogueira	93	95
Infantário de Catassol	101	103
Infantário de S. Pedro Fins	87	90
Infantário de Crestins	102	105
Infantário de Pedrouços	97	102
Infantário de Águas Santas I	98	101
Infantário de Sta Mª de Avioso	99	105
Infantário de Águas Santas II	89	98
Infantário de Milheirós	102	108
Creche Stª Luzia	67	68
Creche Folgosa (desde 14.12.2023)	41	

TERCEIRA IDADE

TERCEIRA IDADE	N.º Médio de Utentes-2023	N.º Médio de Utentes-2022
Centro de Dia	163	135
Apoio Domiciliário	119	113
Lar	66	66

CENTROS COMUNITÁRIOS

CENTROS COMUNITÁRIOS	N.º Médio de Utentes-2023	N.º Médio de Utentes-2021
Vila Nova da Telha	125	125
Sobreiro	100	100

12. Fornecimentos e Serviços Externos

O valor total desta rubrica neste exercício é de 1.941.983,03€ repartido da seguinte forma:

Fornecimentos e Serviços Externos	Ex.2022	Ex.2023
Subcontratos/Expl. Refeitórios	249 434,10 €	596 338,58 €
Subcontratos/Serv. Apoio Lar	53 574,67 €	75 068,08 €
Trabalhos Especializados	36 188,58 €	46 183,40 €
Vigilância e Segurança	11 510,21 €	16 246,55 €
Honorários	46 861,17 €	30 529,24 €
Conservação e Reparação	219 820,41 €	221 016,51 €
Encargos c/ Utentes	287 678,53 €	284 531,39 €
Eletricidade	214 598,23 €	149 001,37 €
Combustíveis	60 452,98 €	53 025,60 €
Água	42 028,50 €	43 205,73 €
Gás	151 332,21 €	141 089,23 €
Rendas e Alugueres	73 633,63 €	86 647,96 €
Comunicação	37 975,59 €	36 272,20 €
Seguros	41 246,18 €	40 231,11 €
Limpeza, Higiene e Conforto	30 138,27 €	30 708,10 €
Material de Escritorio	38 857,39 €	24 500,15 €
Ferramentas e utensílios	42 451,70 €	45 695,68 €
Materiais ativ. pedagógicas	49 203,49 €	5 688,84 €
Outros	45 417,04 €	16 003,31 €
TOTAL	1 732 402,88 €	1 941 983,03 €

13. Rédito

13.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito

O Rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

Neste exercício de 2023 houve uma alteração da política contabilística, no que se refere à contabilização do rédito, de acordo com a comunicação do dia 31 de outubro da CNC (Comissão de Normalização contabilística), circular 93/2023. Assim, o pagamento da comparticipação mensal por parte do estado para as respostas sociais dependentes da variação da frequência dos utentes, passou a ser contabilizado como uma prestação de serviços (conta 72) e não como um subsídio à exploração (conta 75), tendo sido feita a reexpressão das referidas rubricas para o ano de 2022, de forma a existir a comparabilidade entre as contas.

13.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período

- Venda de bens: 0,00 euros
- Prestação de serviços: 8.671.476,84 euros
- Juros: 7.939,83 euros

13.3 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período

No quadro seguinte detalha-se a prestação de serviços durante 2023:

	Ex. 2022	Ex. 2023
Creches	2 664 077,28 €	3 006 877,23 €
Jardim infância	2 748 612,67 €	2 823 835,81 €
ATL	28 510,45 €	28 260,58 €
Lares	1 057 099,64 €	1 156 953,42 €
Centros Dia	581 590,57 €	714 157,66 €
Apoio domiciliário	591 836,16 €	647 983,74 €
Centro comunitário	93 979,01 €	88 089,72 €
Família e comunidade	196 142,15 €	186 527,68 €
Quotizações	8 990,00 €	9 640,00 €
Serviços Sociais	13 399,44 €	7 006,00 €
Outros	2 285,00 €	2 145,00 €
Total	7 986 522,37 €	8 671 476,84 €

14. Utentes

A rubrica de utentes constante do Ativo, com um saldo devedor de 15,801,28€ (quinze mil, oitocentos e um euros e vinte e oito cêntimos) diz respeito a valores de mensalidades não pagas pelos utentes nas várias valências até 31 de dezembro de 2023.

15. Estado e Outros Entes Públicos

A 31/12/2023 os saldos credores referentes à rubrica «Estado e Outros Entes Públicos» constantes do Passivo dizem respeito a:

	Ex. 2022	Ex. 2023
IRS Dependentes	59 386,00 €	61 834,00 €
IRS Independente	201,56 €	228,86 €
Contribuição da Segurança Soci	258 414,94 €	273 275,30 €
Total	318 002,50 €	335 338,16 €

16. Diferimentos

A rubrica de diferimentos apresenta a 31/12/2023 um saldo devedor no valor de 17.597,52€ (dezassete mil, quinhentos e noventa e sete euros e cinquenta e dois cêntimos), constante do Ativo, que corresponde ao diferimento de gastos relativos a seguros e outros gastos que serão reconhecidos no exercício seguinte.

O valor registado a crédito, 247.597,73€ (duzentos e quarenta e sete mil, quinhentos e noventa e sete euros e setenta e três cêntimos), corresponde a:

	Ex. 2022	Ex. 2023
Subsídios à exploração	524 374,26 €	131 249,62 €
Contrato alojamento Utente	883,97 €	- €
Outros Rendimentos	148 513,37 €	116 348,11 €
Total	673 771,60 €	247 597,73 €

O valor de 116.348,11€, em outros rendimentos, diz respeito a pagamentos efetuados pelos utentes e irmãos em 2023, mas referentes ao exercício de 2024, ou seja, serão reconhecidos como rendimentos do próximo exercício.

17. Fundos Patrimoniais

17.1 Fundo Social

O valor do Fundo Social, no valor de 3.289.089,85€ (três milhões duzentos e oitenta e nove mil e oitenta e nove euros e oitenta e cinco cêntimos), foi apurado em 1990, aquando da adoção, pela Instituição, do Plano previsto no Decreto-Lei nº 78/89 de 3 de março, que aprovou o Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social”.

Assim, a Situação Patrimonial da Instituição (Fundo Social) foi apurada como resultado da avaliação dos ativos da Instituição de acordo com os princípios contabilísticos referidos acima e do registo dos seus passivos.

18. Resultados Transitados

O valor inscrito na rubrica de «Resultados Transitados» de 5.604.925,02€ (cinco milhões, seiscentos e quatro mil, novecentos e vinte e cinco euros e dois cêntimos), respeita aos resultados dos exercícios anteriores.

19. Outras Variações no Capital Próprio

19.1 Subsídios

Os subsídios atribuídos a fundo perdido à Instituição, para financiamento de Ativos Fixos Tangíveis, são registados na rubrica de outras variações de capital próprio, e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos fixos tangíveis.

20. Fornecedores

O montante inscrito na rubrica do Passivo «Fornecedores» diz respeito a faturas emitidas em dezembro não havendo qualquer valor que não seja de curto prazo.

21. Outras Contas a Pagar e a Receber

21.1 Outros Devedores

O montante inscrito na rubrica do ativo, no valor final de 864.593,18 € (oitocentos e sessenta e quatro mil quinhentos e noventa e três euros e dezoito centimos), diz respeito a:

	Devedores por Acréscimos de Rendimentos	Outros Devedores	Total
Saldo Abertura	139 378,73 €	802 683,61 €	942 062,34 €
Variação	41 466,22 € -	118 935,38 € -	77 469,16 €
Saldo Final	180 844,95 €	683 748,23 €	864 593,18 €

O valor inscrito na rubrica “Outros Devedores” refere-se, essencialmente, a montantes a receber do CLDS (Capacitar + e Incluir +), Pares e PRR (Plano Recuperação e Resiliência).

21.2 Outros Credores

O montante inscrito na rubrica do passivo, no valor final de 1.366.587,24€ (um milhão, trezentos e sessenta e seis mil, quinhentos e oitenta e sete euros e vinte e quatro centimos), diz respeito a:

	Fornecedores de Investimentos	Acréscimo de Gastos	Outros Credores	Total
Saldo Abertura		956 793,38 €	67 844,85 €	1 024 638,23 €
Variação		149 237,69 €	192 711,32 €	341 949,01 €
Saldo Final	- €	1 106 031,07 €	260 556,17 €	1 366 587,24 €

Na rubrica - Acréscimos de gastos, 1.106.031,07€ (estimativa de férias, subsídio de férias e respetivos encargos, eletricidade, comunicação), salienta-se o peso dos encargos com o pessoal resultante da necessidade de constituir uma estimativa para pagamento de férias e subsídio de férias no ano de 2024. O valor estimado teve em conta o mapa de salários do mês de janeiro/2024.

22. Juros e Gastos financeiros suportados/ Outros Gastos e Perdas

	2022	2023
Juros suportados	88,76 €	1,35 €
Impostos	947,39 €	1 506,58 €
Outros Gastos	2 165,70 €	6 739,88 €
Total	3 201,85 €	8 247,81 €

23. Juros e Ganhos financeiros obtidos / Outros Rendimentos e Ganhos

	2022	2023
Juros Obtidos Depósitos	751,09 €	7 939,83 €
Rendimentos Suplementares	145 020,55 €	144 762,35 €
Desconto p.p. obtidos	1,00 €	153,00 €
Ganhos inventários	129 625,15 €	161 790,86 €
Outros Rendimentos e ganhos	61 884,13 €	105 423,73 €
Total	337 281,92 €	420 069,77 €

Os rendimentos suplementares, acima refletidos, referem-se entre outros, a rendas de imóveis, vendas e cedências diversas e donativos.

Os ganhos em inventários estão relacionados com géneros alimentares, produtos de higiene e outros, recebidos de diversas instituições. Nesta operação a Santa Casa da Misericórdia da Maia opera não só como beneficiária, mas também como intermediária, uma vez que uma parte dos alimentos se destina a ser distribuídos a famílias carenciadas do Concelho.

Os outros rendimentos e ganhos são maioritariamente constituídos pela imputação de subsídios ao investimento e reembolso do IVA.

24. Resultado líquido do período

O resultado líquido do período do ano de 2023, negativo no valor de 810.003,28€ (oitocentos e dez mil e três euros e vinte e oito cêntimos), será transferido, no exercício económico seguinte, para a conta de resultados transitados.

25. Outras divulgações exigidas por diploma legal

Dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos

A Santa Casa da Misericórdia da Maia não tem qualquer dívida ao Estado e Outros entes Públicos, incluindo a segurança social.

26. Principais acontecimentos ocorridos após o termo do Exercício

À data da redação do presente documento, para além das tensões internacionais relacionadas com os conflitos na Ucrânia e no Médio Oriente, e uma conjuntura de eleições legislativas e europeias em curso, não há factos de relevo a mencionar.

27. Aprovação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Mesa Regedora e autorizadas para emissão em 27 de fevereiro de 2023. A aprovação final fica ainda sujeita à concordância da assembleia-geral.

[página em branco]





DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

[página em branco]



Demonstração Fluxos de Caixa

Entidade Santa Casa Misericórdia da Maia
Exercício 2023

NIF 501217851

Rubricas		(em euros)	
		2023	2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes e utentes	+	2 796 060,64 €	2 735 605,77 €
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamentos a fornecedores	-	(2 255 432,97 €)	(1 904 777,71 €)
Pagamentos ao pessoal	-	(5 032 672,66 €)	(4 704 022,75 €)
Fluxo gerado pelas operações		(4 492 044,99 €)	(3 873 194,69 €)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			0,00 €
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	-	4 242 974,96 €	3 681 073,48 €
Fluxos das actividades operacionais (1)		(249 070,03 €)	(192 121,21 €)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos Financeiros			
Activos Fixos Tangíveis		(466 276,40 €)	(73 193,12 €)
Activos Intangíveis			(16 259,44 €)
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos Financeiros			
Activos Fixos Tangíveis			
Activos Intangíveis			
Outros activos		8 804,60 €	6 765,56 €
Subsídios para investimentos		176 169,33 €	
Juros e rendimentos similares		7 939,83 €	746,44 €
Dividendos			
Fluxos das actividades de investimento (2)		(273 362,64 €)	(81 940,56 €)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares		(1,35 €)	(4,26 €)
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(1,35 €)	(4,26 €)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(522 434,02 €)	(274 066,03 €)
Efeito das diferenças de câmbio		0,00 €	0,00 €
Caixa e seus equivalentes no início do período		2 782 322,50 €	3 056 388,53 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2 259 888,48 €	2 782 322,50 €

Mesa Regedora

O Contabilista Certificado

[página em branco]





DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

[página em branco]



Entidade: SANTA CASA DA MISERICORDIA DA MAIA

NIF 501217851

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO N-1 (2022)

UNIDADE MONETÁRIA (1)

EUR Factor
1

DESCRIÇÃO	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital Subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N-1	1	3 289 069,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 918 293,34	0,00	1 071 759,40	-88 856,76	10 190 285,83	10 190 285,83
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										0,00		0,00	0,00
Realização de excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis									0,00			0,00	0,00
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações									0,00			0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos									0,00			0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				0,00		0,00	0,00	-88 856,76		28 189,56	88 856,76	28 189,56	28 189,56
	2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-88 856,76	0,00	28 189,56	88 856,76	28 189,56	28 189,56
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO											-224 511,56	-224 511,56	-224 511,56
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3										-135 654,80	-196 322,00	-196 322,00
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO													
Fundos		0,00										0,00	0,00
Subsídios, Doações, Legados					0,00							0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas								0,00				0,00	0,00
Outras operações			0,00									0,00	0,00
	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N-1	6=1+2+3+5	3 289 069,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 829 436,58	0,00	1 099 948,96	-224 511,56	9 993 963,83	9 993 963,83

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

[página em branco]



Entidade: SANTA CASA DA MISERICORDIA DA MAIA

NIF 501217851

UNIDADE MONETÁRIA (1)

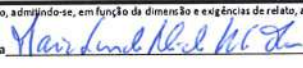
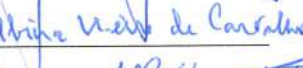
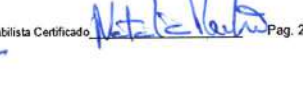
DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO N (2023)

EUR Factor

1

DESCRIÇÃO	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital Subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	6	3 289 089,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 829 436,58	0,00	1 099 948,96	-224 511,56	9 993 963,83	9 993 963,83
ALTERAÇÕES NO PERÍODO N													
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										0,00		0,00	0,00
Realização de excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis									0,00			0,00	0,00
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações									0,00			0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos									0,00			0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				0,00		0,00	0,00	-224 511,56		471 658,53	224 511,56	471 658,53	471 658,53
	7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-224 511,56	0,00	471 658,53	224 511,56	471 658,53	471 658,53
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8										-810 003,28	-810 003,28	-810 003,28
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8										-555 491,72	-338 344,75	-338 344,75
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO													
Fundos		0,00				0,00						0,00	0,00
Subsídios, Doações, Legados												0,00	0,00
Distribuições								0,00			0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas								0,00				0,00	0,00
Outras operações			0,00									0,00	0,00
	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N	6+7+8+10	3 289 089,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 604 925,02	0,00	1 571 607,49	-810 003,28	9 655 619,04	9 655 619,04

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

Provedora Vice-Provedor Secretário Tesoureiro Mesária Mesário Mesário Mesário O Contabilista Certificado 

Pag. 2/2